



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

REFORMULAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES

RIO BRANCO – AC
2016



**INSTITUTO
FEDERAL**
Acre

Campus
Rio Branco

Avenida Brasil, 920, Bairro Xavier Maia
Rio Branco/AC - CEP 69.903-068
Telefones: (68) **2106-5900** - (68) **2106-5907** e (68) **2106-5906**
E-mail: campusriobranco@ifac.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO ACRE

Rosana Cavalcante dos Santos

Pró-Reitor de Administração

José Claudemir Alencar do Nascimento

Pró-Reitora de Ensino

Maria Lucilene Belmiro de Melo Acácio

Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

Luís Pedro de Melo Plese

Pró-Reitor de Extensão

Fábio Storch de Oliveira

Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Gírlen Nunes dos Santos

Chefe de Gabinete

Cícera Daniely de Souza

Diretora Sistêmica de Gestão de Pessoas

Dirlei Terezinha Fachinello

Diretora Sistêmica de Assistência Estudantil

Taita Lima do Nascimento

Diretora Sistêmica de Programas Especiais

Kelen Gleysse Maia Andrade Dantas

Diretor Sistêmico de Gestão de Tecnologia da Informação

Djameson Oliveira da Silva

Diretor Sistêmico de Comunicação

Marcelo Maia Gomes Florentino



INSTITUTO
FEDERAL
Acre

Campus
Rio Branco

Avenida Brasil, 920, Bairro Xavier Maia
Rio Branco/AC - CEP 69.903-068
Telefones: (68) **2106-5900** - (68) **2106-5907** e (68) **2106-5906**
E-mail: campusriobranco@ifac.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Diretoria Geral do Câmpus Rio Branco (DIRGE)

Wemerson Fittipaldy de Oliveira

Diretoria de Administração, Manutenção e Infraestrutura (DIRAI)

Paula Daniele Batista

Coordenação de Comunicação e Eventos (COCOE)

Adma Batista da Costa Cerqueira

Coordenação de Gestão de Pessoas (COGEP)

Joycilene Araújo da Silva

Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação (CORTI)

Eleandro Nogueira da Silva

Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (DIREN)

César Gomes de Freitas

Coordenação de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (COPIP)

Cleiton Sampaio de Farias

Coordenação de Extensão (COEXT)

Suellen Cristina Enes Valentim da Silva

Coordenação de Registro Escolar (COREG)

Camila Caroline de Lima Silva

Coordenação do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)

Valdirene Nascimento da Silva Oliveira

Coordenação de Biblioteca (COBIB)

Jose de Arimatéia Ferreira de Oliveira

Coordenação de Curso Técnico em Administração (COTIF)

Maria Clodomira Sales Viga

Coordenação de Curso Técnico em Informática (COTEC)

Valdineia Rodrigues Tomaz

Coordenação de Curso Técnico em Recursos Humanos (COTRH)

Milton Euclides da Silva

Coordenação de Curso Técnico em Segurança do Trabalho (COTSE)

Vicente Bessa Neto



**INSTITUTO
FEDERAL**
Acre

Campus
Rio Branco

Avenida Brasil, 920, Bairro Xavier Maia
Rio Branco/AC - CEP 69.903-068
Telefones: (68) **2106-5900** - (68) **2106-5907** e (68) **2106-5906**
E-mail: campusriobranco@ifac.edu.br



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE**

Coordenação de Curso Técnico em Manutenção e Suporte de Informática (COPRO)
Paulo José dos Santos Pereira

Coordenação de Curso Superior de Tecnologia em Processos Escolares (COSPR)
Josina Maria Pontes Ribeiro

Coordenação de Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas (COSBI)
Pedro Hercílio de Oliveira Cavalcante

Coordenação de Curso Superior de Tecnologia em Logística (COSLO)
Elaine Cristina Otsubo Sanches

Coordenação de Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet (COSSI)
Rodrigo Silva Souza

Coordenação de Curso Superior de Licenciatura em Matemática (COSMA)
Paulo Roberto de Souza

Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI)
Erika Mesquita

Coordenação de Núcleo do Centro de Estudos de Idiomas ((CONCEI)
Luciana Maira de Sales Pereira

Coordenação Adjunta do Pronatec – CRB
Rubya Mara Rezende Madella Martins

Coordenador de cursos EaD do campus Rio Branco
Ewerton Ruiz Almada





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

César Gomes de Freitas
Dirlei Terezinha Fachinello
Everaldo Araújo Ferreira
Maria Lucilene de Melo Acacio
Ronelson da Silva Castro
Valéria Barbosa Ferreira Silveira

COLABORAÇÃO:

Maria Cristina Lobregath
Marlova Giulliane Garcia
Paulo Roberto de Souza
Rubya Maria Rezende Madella Martins
Suelange Gomes Horácio

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Dirlei Terezinha Fachinello
Elaine Otsubo Sanchez
Eliane Auxiliadora Pereira
Eliane Barth Tavares
Francisco Bezerra de Lima Junior
João Evangelista Moreira Filho
Josina Maria Pontes Ribeiro
Luis Pedro de Melo Plese
Tania Gomes Façanha
Valdirene Nascimento da Silva Oliveira





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

SUMÁRIO

1 INFORMAÇÕES GERAIS	06
2 JUSTIFICATIVA	07
3 OBJETIVOS	11
3.1 OBJETIVO GERAL	11
3.2 OBJETIVO ESPECÍFICOS	12
4 PERFIL PROFISSIONAL	12
5 REQUISITOS DE ACESSO	13
6 ESTRUTURA CURRICULAR	14
6.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	14
6.2 ATENDIMENTO AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA	17
6.3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	18
6.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	23
6.5 PRÁTICAS PROFISSIONAIS	25
6.6 TABELA MATRIZ CURRICULAR	27
7 METODOLOGIA	33
8 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS	35
9 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	37
10 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO	38
11 DIPLOMA/CERTIFICADO	40
12 EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES	40
12.1 EQUIPAMENTOS	40
12.2 INSTALAÇÕES	41
13 PESSOAL DOCENTE E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS	42
13.1 PESSOAL DOCENTE	42
13.2 PESSOAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO	43
14 NÚCLEO DOCENTE E ESTRUTURANTE	44
15 COLEGIADO DO CURSO	44
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICES	49
APÊNDICE A – EMENTAS	50
APÊNDICE B – MATRIZ DE EQUIVALÊNCIA	98





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Denominação do Curso: Curso Superior de Tecnologia em Processos Escolares	
Habilitação: Tecnólogo em Processos Escolares	
Eixo Tecnológico: Desenvolvimento Educacional e Social	
Mantenedora: Ministério da Educação	
Mantida: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre CNPJ - 10.918.674/0001-23 Nome de fantasia - IFAC Esfera administrativa - Federal <i>Campus</i> Rio Branco Endereço – Av. Brasil, n.º 920, Bairro Xavier Maia – Rio Branco AC. Site da unidade - www.ifac.edu.br	
DADOS DE CRIAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DO CURSO	
Documento: Resolução	
Número do documento: 32/2011	
Data de Publicação: 06 de junho de 2011	
FUNCIONAMENTO	
Turno de Funcionamento: Noturno	Número de vagas ofertadas: 40
Nível: Superior	Periodicidade: Semestre
Modalidade: Presencial	Forma: Por disciplina
Anuidade: Gratuito	Período da aulas: segunda a sábado
Início de Funcionamento: 2012.1	Prazo para Integralização: 06 semestres letivos
Carga Horária Total: 2415 horas	
Certificação: Tecnólogo em Processos Escolares	





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

2 JUSTIFICATIVA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, composta de 38 institutos, com mais de 400 Campus distribuídos por todo o território brasileiro, responsáveis pela oferta da educação profissional, científica e tecnológica em todos os níveis e modalidade de ensino. O marco inicial de implantação desta rede no Acre data de 2007, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007, autorizando a instalação da Escola Técnica Federal do Acre, com sede na cidade de Rio Branco. Os primeiros estudos e direcionamentos para a Instituição foram traçados pelo então Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas - CEFET/AM, conforme autorização das portarias nº 1065 de 13/11/2007 e nº 1201 de 12/12/2007.

A Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, transformou a Escola Técnica Federal do Acre em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, que passou a integrar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, atuando em cursos técnicos, em sua maioria na forma integrada com o ensino médio, licenciaturas, graduações tecnológicas e pós-graduação. As unidades implantadas no Estado estão distribuídas nas macrorregiões do Baixo Acre (sede nos municípios Rio Branco e Xapuri), Juruá (sede em Cruzeiro do Sul), Purus (sede em Sena Madureira).

A oferta de cursos ocorreu a partir de julho de 2010, com aproximadamente 350 discentes matriculados em nove cursos dos eixos de Recursos Naturais; Ambiente, Saúde e Segurança e Gestão e Negócios, sendo estes distribuídos nos município supracitados. No ano de 2012, foi autorizada a instalação e funcionamento de mais uma unidade, com sede no município de Rio Branco, a saber, o Campus Avançado Baixada do Sol.

Os Institutos Federais representam um modelo institucional inovador em termos de proposta político-pedagógica, sem similar em nenhum outro país, atuando em cursos técnicos (50% das vagas), em sua maioria na forma integrada com o ensino médio, licenciaturas (20% das vagas) e graduações tecnológicas, podendo ainda disponibilizar especializações, mestrados e doutorados voltados, principalmente, para a pesquisa aplicada de inovação tecnológica.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Imbuído de um projeto ousado, o IFAC elaborou o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) com base nas potencialidades do Estado e em respeito às demandas da comunidade, assegurando assim condições de levar à comunidade local e regional a uma formação diversificada, contribuindo para o amadurecimento de cidadãos e profissionais qualificados.

Vale destacar que o Estado do Acre possui área correspondente a 1,8% do território nacional, dividida em 22 Municípios e faz fronteira internacional com o Peru e a Bolívia e, nacional, com os estados do Amazonas e Rondônia. Sua população total é de 733.559 habitantes (IBGE, 2010), espacialmente concentrada no Vale do Acre (uma das cinco Regiões de Desenvolvimento). A Taxa Geométrica de Crescimento Anual (TGCA) da população total decresceu no período 1980-2000, porém, ainda permanece bastante elevada relativamente aos índices nacionais (4,09% ao ano). A cidade de Rio Branco concentra 45% da população total e 61,1% da população urbana do Estado. Por outro lado, somente onze municípios têm população urbana acima de cinco mil habitantes.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), em 2010, o Brasil tinha aproximadamente 10% da população de pessoas analfabetas. A taxa de analfabetismo no Acre, considerando pessoas com 15 anos ou mais de idade, era de 23,7% em 2000, o que já apresentava uma regressão significativa se comparamos a taxa de 34,8% registrada no ano de 1990. Igualmente, registravam-se de 2006 a 2009, ainda que timidamente, avanços em relação ao número de estabelecimentos de ensino e turmas que saíram de 1.734 e 8.102 para 1.761 e 9.601, consecutivamente (GOVERNO DO ACRE, 2011).

Há que se destacar também a relação desproporcional entre o número de escolas no Estado e o crescente número de estudantes, sendo Rio Branco o município que registrava aproximadamente 50% dos estudantes de todo o Estado.

Estes dados revelam tanto a necessidade de ampliação no quadro de profissionais na área da educação, quanto à necessidade de investimentos para criação de novas unidades escolares (GOVERNO DO ACRE, 2010), o que se refletia na formação também para os quadros técnicos da educação, a fim de que atuassem em gestão escolar, produção de multimeios, alimentação escolar, processos acadêmicos e infraestrutura e condições de ensino.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Dados da Secretaria de Estado de Educação indicavam que existiam no Acre aproximadamente 2.200 servidores, não docentes, atuando em escolas de ensino básico e poderiam ser contemplados com a oferta desse Curso pelo IFAC, podendo ser somados a estes os trabalhadores da rede particular de ensino.

Acrescente-se a isso a debates feitos pelos sindicatos de base, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e por defensores como João Monlevade, a ex-senadora Fátima Cleide do PT/RO, no sentido de reconhecer, através da Lei nº. 12.014/2009, os funcionários da educação como "profissionais da educação", sendo este um marco histórico para o segmento técnico, o que equivalia a mais de um milhão de profissionais que exerciam suas funções nas milhares de escolas pelo Brasil.

Diante desse cenário, o IFAC, observou-se a necessidade de oferta do Curso Superior de Tecnologia em Processos Escolares, nos Campi de Cruzeiro do Sul e Rio Branco, com o objetivo de contribuir com o processo de qualificação profissional dos trabalhadores não docentes da educação básica, quer já estejam estes já alocados no serviço público ou na iniciativa privada ou, ainda, considerando a possível reinserção dos mesmos nos quadros supracitados.

O Eixo Tecnológico de Apoio Educacional, e inserido nele, o Curso Superior de Tecnologia em Processos Escolares, foi incluído no Catálogo Nacional de Cursos Superiores por meio da Portaria SETEC/MEC nº 72, de 06 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 11/05/2010. É necessário registrar que o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, lançado em 2006, modificou o eixo do Curso de “Apoio Educacional” para “Desenvolvimento Educacional e Social”, bem como permitiu a redução de carga horária mínima de carga horária mínima de 2.400 para 2000 horas.

Ante o exposto, a implantação do curso Superior de Tecnologia em Processos Escolares justifica-se, pois, devido à necessidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento dos profissionais encarregados pelos trabalhos nos diversos espaços educativos. Com a formação de Tecnólogos em Processos Escolares, poderá haver uma melhor preparação da mão de obra encarregada dos diversos processos necessários à melhora da educação, seja em instituições públicas ou privadas. Tal contribuição poderá ser importante para o incremento e alcance de melhores índices da educação para todo o Estado do Acre, contribuindo, assim, para sua evolução no





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

ranking nacional de educação.

A criação do Curso foi proposta a partir da necessidade de continuidade da Formação de Servidores não docentes da educação, no nível superior, como condição para a melhoria da qualidade da educação básica no Brasil, no contexto do Programa PROFUNCIONÁRIO, instituído pelo Ministério da Educação em outubro de 2005, dentre as ações do Ministério da Educação voltadas para o fortalecimento da Educação Básica.

O principal objetivo do Curso Superior de Tecnologia em Processos Escolares é dar um passo além do Programa PROFUNCIONÁRIO promovendo a formação profissional e tecnológica em nível superior de funcionários que trabalham nas redes de ensino da educação básica pública. Os alunos são formados nas seguintes habilitações: gestão escolar, alimentação escolar, multimeios didáticos, meio ambiente e manutenção de infraestrutura escolar.

Para atender, de maneira mais efetiva a formação dos profissionais da educação básica, com o compromisso com projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, o Governo Federal institui a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica Pública, por meio do Decreto nº 7.415 de 31 de dezembro de 2010.

De acordo com esse Decreto, a política nacional de formação dos profissionais da educação básica tem por objetivos:

- I. Promover a melhoria da qualidade da educação básica pública;
- II. Promover a equalização nacional das oportunidades de formação inicial e continuada dos profissionais da educação básica;
- III. Promover a valorização do profissional da educação básica, mediante ações de formação inicial e continuada que estimulem o ingresso, a permanência e a progressão na carreira;
- IV. Ampliar a oferta de cursos superiores e técnicos de nível médio, voltados à formação inicial dos profissionais da educação básica;
- V. Ampliar a oferta de cursos e, atividades de formação continuada, destinados aos profissionais da educação básica; e
- VI. Ampliar as oportunidades de formação de profissional da educação para o atendimento das políticas de educação especial, alfabetização e educação de jovens e adultos,





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

educação indígena, educação do campo e de populações em situação de risco e vulnerabilidade social.

Neste sentido, o IFAC, como uma Instituição protagonista do processo de expansão das políticas educacionais federais, não só pela sua natureza e missão, mas também pela sua estrutura institucional que permite uma atuação verticalizada, da educação básica à pós-graduação, vem ofertar o Curso Superior de Tecnologia em Processos Escolares, orientado com base no contexto atual do mundo do trabalho, onde a evolução tecnológica e as lutas sociais têm modificado as relações no mundo do trabalho, e cuja organização curricular deve pautar-se no trabalho como princípio educativo, na pesquisa como princípio pedagógico, domínio da tecnologia, da técnica específica e das relações de trabalho correspondentes. A profissionalização como processo de aprendizagem permanente e formação continuada.

Ademais, o fato do processo seletivo ser aberto a toda a sociedade garante a formação do atual quadro técnico tanto da iniciativa pública quanto da privada, mas também permite uma inserção de profissionais mais qualificados mediante concursos e novas contratações da iniciativa privada.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Formar profissionais para realização de planejamento, coordenação, controle e operacionalização das atividades de apoio pedagógico e administrativo, integradas a ambientes formais ou não formais de ensino, com vistas à otimização da educação no alcance de seus objetivos, metas e resultados, sobretudo da educação básica.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Favorecer a construção de uma visão ampla e sistêmica da escola e da educação.
- Formar integralmente, cidadãos e cidadãs éticos, com autonomia intelectual e





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

pensamento crítico, capazes de compreender os fundamentos pedagógicos, científicos e tecnológicos dos processos escolares;

- Formar profissionais capazes de planejar, executar e acompanhar processos e fluxos organizacionais escolares, em conformidade com os aparatos legais e estimulando a incorporação de novas tecnologias aplicadas à educação.
- Possibilitar uma formação que permita o planejamento da manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos escolares, bem como a administração segura e eficiente de almoxarifados e ambientes de segurança alimentar;
- Formar profissionais com princípios éticos e capacidade de relação e interação interpessoal, especificamente no trato com diferentes segmentos (vulnerabilizados socialmente ou não) ou grupos étnico-raciais.

4 PERFIL PROFISSIONAL

Segundo o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia do MEC, no Eixo Tecnológico “Desenvolvimento Educacional e Social”, o Tecnólogo em Processos Escolares possui o seguinte perfil profissional:

Planeja, coordena e operacionaliza atividades organizacionais, tecnológicas e gerenciais no âmbito dos espaços educativos. Produz e organiza a oferta de serviços e tecnologias de multimeios para o ensino. Coordena o planejamento da manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos escolares, laboratórios e sistemas elétricos e hidrossanitários. Administra almoxarifados e ambientes de segurança alimentar. Planeja, executa, implanta e acompanha processos e fluxos organizacionais escolares. Organiza, supervisiona e executa processos de aquisição, preparo e distribuição da alimentação escolar. Coordena e participa das equipes técnicas de apoio pedagógico e administrativo da escola e da rede de ensino. Coordena e organiza os processos acadêmicos e de conformidade legal da escola. Avalia e emite parecer técnico em sua área de formação. (MEC, 2016, p. 35).

Dessa forma, o Tecnólogo em Processos Escolares, a ser formado pelo IFAC, deverá apresentar um perfil que o habilite a desempenhar atividades voltadas para estabelecer constante aprimoramento dos processos, práticas e atividades escolares com o objetivo de evolução





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

constante da qualidade da educação. Nestes termos, inscreve-se como necessária uma consciência política e histórica da diversidade, bem como ações que incentivem a convivência harmoniosa entre os diferentes segmentos e grupos étnico-raciais envolvidos no contexto escolar.

5 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

O ingresso no Curso Superior de Tecnologia em Processos Escolares respeitará os princípios democráticos de igualdade de oportunidades a todos os cidadãos. Vale destacar que, até 2014-1 o acesso ao Curso se dava mediante edital próprio, constante de prova objetiva e elaboração de dissertação. A partir de 2014-2, o acesso passou a ocorrer pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU), a partir do qual se destacam as políticas de ações afirmativas.

Embora o curso seja fortemente divulgado dentre os trabalhadores efetivos da educação, especificamente ao segmento não docente, os processos de seleção não são fechados para a categoria atualmente inserida especialmente na rede pública estadual e municipal, estando disponíveis vagas para pessoas da comunidade externa (ampla concorrência ou ações afirmativas) que queiram fazer da área técnica da educação a sua escolha profissional e de vida.

6 ESTRUTURA CURRICULAR

6.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O Curso Superior de Tecnologia em Processos Escolares está fundamentado em bases legais e nos princípios norteadores explicitados nas seguintes legislações:

- Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996; que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

e Tecnologia.

- Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências.
- Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008; que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.
- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- Decreto nº 5154, de 23 de julho de 2004; que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e dá outras providências.
- Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- Decreto nº 4281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.
- Decreto nº 3860, de 09 de junho de 2001, que dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências.
- Resolução CNE/CP nº 03, de 18 de dezembro de 2002 que institui as Diretrizes





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.

- Resolução CONAES nº 01/2010, de 17 de junho de 2010, que regulamenta as atribuições do Núcleo Docente Estruturante.
- Resolução nº 01/2004, de 17 de junho de 2004, institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- Resolução CONSU/IFAC nº 162/2013, de 09 de setembro de 2013, dispõe da normatização da Organização Didático-Pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.
- Resolução CONSU/IFAC nº 149/2013, de 12 de julho de 2013, regulamenta os estágios dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC.
- Resolução CONSU/IFAC nº 145/2013, de 12 de julho de 2013, que regulamenta a organização, o funcionamento e as atribuições do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC.
- Resolução CONSU/IFAC nº 024/2015, de 19 de março de 2015, institui o Regulamento de criação, atribuições e funcionamento do Colegiado dos Cursos Superiores no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC.
- Resolução CONSU/IFAC nº 025/2015 de 19 de março de 2015, dispõe sobre a Regulamentação das Atividades Complementares dos Cursos Superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.
- Resolução CONSU/IFAC nº 026/2015 de 19 de março de 2015, dispõe sobre a Regulamentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos Cursos Superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre-IFAC.
- Portaria Normativa nº 10, de 06 de maio de 2016, que dispõe sobre procedimentos de alteração no número de vagas de cursos de graduação, ofertados por Instituições de





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Ensino Superior - IES integrantes do Sistema Federal de Ensino, por meio de aditamento de atos autorizativos;

- Parecer CNE/CP n.º 29, de 3 de dezembro de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.
- Parecer CNE/CES n.º 277, de 07 de dezembro de 2006, que institui a nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação.
- Parecer CNE/CES n.º 261, de 09 de novembro de 2006, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências.
- Parecer CNE/CES n.º 583, de 29 de outubro de 2001, que trata da orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação.
- Parecer CNE/CES n.º 436, de 02 de abril de 2001, que trata das orientações sobre os Cursos Superiores de Tecnologia - Formação de Tecnólogo.
- Parecer CNE/CES n.º 239, de 06 de novembro de 2008, que trata da carga horária das atividades complementares nos cursos superiores de tecnologia.
- Parecer CNE/CES n.º 236, de 7 de agosto de 2009, consulta acerca do direito dos alunos à informação sobre o plano de ensino e sobre a metodologia do processo de ensino-aprendizagem e os critérios de avaliação a que serão submetidos.

Nos princípios contidos no Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI e Projeto Pedagógico Institucional - PPI do IFAC.

6.2 ATENDIMENTO AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

O atendimento aos educandos com deficiência está previsto na Constituição Federal 1988 no Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96 e suas alterações foi que houve o marco do atendimento desses educandos através da modalidade de





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Educação Especial. Diz o Artº 4º e inciso III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino que começou a instituir os atendimentos desses educandos.

No ano de 2009 o Estado Brasileiro ratificou através do Decreto Legislativo nº 168 e seu protocolo facultativo promulgado através do Decreto nº 6.949/2009 com status de emenda constitucional, a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência onde a oferta de Educação Inclusiva deve respeitar as diretrizes do Art.º 24 da referida Convenção. De acordo com a Resolução nº 4 CNE/CEB Nº 4 de 2 de outubro de 2009 determina qual o público alvo da Educação Especial assim como o Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências, inclusive para os Núcleos de Atendimento aos alunos/pessoas com Deficiência.

Os alunos com deficiência são amparados pela Organização Didático Pedagógica do IFAC, conforme segue:

Art. 209. O IFAC concederá atendimento educacional a estudantes com Necessidades Educacionais Específicas garantindo todas as condições necessárias à sua integração e desenvolvimento educacional.

Art. 210. Consideram-se Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas:

Estudantes com deficiência – tem impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade;

Estudantes com transtorno global de desenvolvimento – apresentam alterações qualitativas nas interações sociais recíprocas e na comunicação, mostrando um quadro de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo discentes com autismo e doenças psicossociais;

Estudantes com altas habilidades/superdotação – demonstram elevado potencial intelectual, acadêmico, de liderança, de psicomotricidade e artístico, tanto isoladamente como combinados e apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas.

Art. 211. Os estudantes com Necessidades Educacionais Específicas deverão apresentar laudo médico ao Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), que analisará e estabelecerá as condições de acesso, permanência e sucesso deste estudante.

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) foi instituído e regulamentado pelas Resoluções CONSU nº 23/2011 e 145/2013. Trata-se de um órgão de assessoramento, ligado à Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), com sede em cada campi, a quem compete desenvolver ações que propiciem a inclusão de pessoas com necessidades





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

educacionais específicas dos programas de inclusão, dos cursos técnicos, tecnológicos e superiores, respeitando os dispositivos legais, as orientações para inclusão do Ministério de Educação (MEC) e as políticas de inclusão do IFAC.

6.3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O curso é oferecido em regime semestral, dividido em seis períodos letivos, com aulas presenciais, no período noturno, com carga horária total de 2.415 horas, incluindo 180 de atividades complementares e 300 horas de práticas profissionais inscritas como componentes curriculares. Os seis períodos são constituídos de componentes curriculares voltados à formação tecnológica, que consolidam a formação do educando com vistas ao preparo para o trabalho, bem como de componentes curriculares voltados à formação cidadã, que estimulam tomadas de decisão éticas e conscientes diante das vivências cotidianas e no mundo do trabalho.

A matriz curricular do curso está organizada por componentes curriculares em regime semestral, distribuídas em três núcleos de organização dos conteúdos: **núcleo comum, núcleo específico e prática profissional.**

O **núcleo comum** busca trabalhar conhecimentos fundamentais à formação do alunado, visando prover as ferramentas básicas para a área de tecnologia em Processos Escolares, em uma abordagem transversal, sempre quando possível.

No **núcleo específico** desenvolvem-se os conhecimentos específicos da tecnologia em Processos Escolares, buscando-se ampliar competências inerentes à formação do discente na perspectiva de aprofundar os conhecimentos da área de atuação e suas respectivas perspectivas de aplicação das possíveis abordagens metodológicas a serem empregadas.

A **prática profissional** sendo referência do espaço, tempo e saber relativos ao *lôcus* de atuação profissional do tecnólogo, é constituída de atividades práticas que compreendem diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, como: investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, visitas técnicas, simulações, observações. Sugere-se que a disciplina perpassasse toda a formação do futuro tecnólogo em Processos Escolares, propiciando a articulação entre os saberes da área de conhecimento e da habilitação específica, visando uma melhor compreensão do horizonte profissional do mundo do trabalho.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Tabela 1: Distribuição em núcleos de organização dos conteúdos

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES		
NÚCLEO COMUM		
Fundamentos da Administração	54	45
Língua Brasileira de Sinais - Libras I	72	60
Educação, Sociedade e Trabalho	54	45
Português Instrumental	72	60
Fundamentos da Educação Inclusiva	72	60
Ética, Política e Sociedade	36	30
Informática Básica	72	60
Direito Administrativo	54	45
Psicologia do Desenvolvimento	36	30
Leitura e Produção de Textos Técnicos e Oficiais	36	30
Metodologia científica	54	45
Língua Brasileira de Sinais – Libras II	72	60
Direitos da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso	36	30
Educação ambiental	72	60
Direito do Trabalho	54	45
Empreendedorismo e Inovação	54	45
Administração de Conflitos e Negociação	36	30
Motivação e Liderança	54	45
SUB-TOTAL NÚCLEO COMUM	990	825
NÚCLEO ESPECÍFICO	H/A*	H/R**
Fundamentos de Gestão de Pessoas	36	30
Matemática Aplicada	72	60
Estatística Aplicada à Educação	54	45
Gestão Escolar Democrática e Participativa	72	60
Laboratório de Informática: Criação, Funcionamento e	72	60
Lazer e Entretenimento no Ambiente Escolar	36	30
Políticas Educacionais e Financiamentos da Educação	54	45
Contabilidade Geral e Escolar	72	60
Gestão da Educação em Espaços Escolares e não Escolares	72	60
Política e Alimentação Escolar	54	45
Segurança e Higiene no Ambiente Escolar	54	45
Gestão da Informação na Educação e na Escola	54	45
Laboratório de Ciências: Criação, Funcionamento, Segurança e	72	60
Laboratório de Línguas e Sala de Leitura: Criação e	54	45
Manutenção da Infraestrutura	72	60
Novas Tecnologias e Contexto Escolar	54	45
Planejamento e Organização de Cantinas	54	45
Gestão de Documentos e Registro Escolar	36	30
Gestão de Processos e Fluxos Escolares	36	30
Planejamento Estratégico e Gestão por Resultados	72	60
Biblioteca Escolar: Criação e Gestão	36	30





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Laboratório de Multimeios: Criação e funcionamento.	54	45
Gestão de contratos	36	30
Legislação educacional e Educação Básica	54	45
SUB-TOTAL NÚCLEO ESPECÍFICO	1332	1110
PRÁTICA PROFISSIONAL	H/A*	H/R**
Prática Profissional I	60	50
Prática Profissional II	60	50
Prática Profissional III	60	50
Prática Profissional IV	60	50
Prática Profissional V	60	50
Prática Profissional VI	60	50
SUB-TOTAL PRÁTICA PROFISSIONAL	360	300
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		H/A*
Atividades Complementares		180
SUB-TOTAL ATIVIDADES COMPLEMENTARES		180
TOTAL GERAL		2415

*H/A= Hora aula (50 minutos) e H/R=Hora/Relógio

O currículo deve caracterizar as bases processuais da formação acadêmica e profissional. Ele é um complexo dos diversos processos relacionados com a formação profissional, cultural e humanística dos estudantes e deve ser traduzida por componentes curriculares que se organizem a partir de disciplinas, eixos, ênfases e/ou núcleos, que contemplem a inclusão desses diferentes componentes, os quais integram conteúdos em projetos, experiências e atividades acadêmicas e extensão, expressando a tradução das ações e movimentos necessários ao ensino e à aprendizagem.

Para construí-lo foi necessário uma seleção de conhecimentos, competências, habilidades, atitudes, valores, metodologias e situações de aprendizagem consideradas importantes. Tem por referência determinados destinatários e contextos do estado do conhecimento elaborado e da realidade cotidiana dos sujeitos, da cultura e da ciência em suas diferentes dimensões.

Também é importante frisar que a referida seleção foi um processo coletivo, pois selecionar, classificar, distribuir e avaliar conteúdos curriculares põe em ação as múltiplas representações que percorrem os espaços culturais.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Essa é a perspectiva do IFAC, em torno da qual se organizam todos os seus cursos, os quais assumem alguns princípios que permeiam toda sua organização curricular e que direciona, portanto, o Curso Superior de Tecnologia em Processos Escolares proposto, definindo-se como uma de suas vertentes estruturantes:

- Indissociabilidade – Aplica-se na relação entre ensino, práticas investigativas e extensão. O ensino deve ser compreendido como o espaço da produção do saber, por meio da centralidade da investigação como processo de formação para que se possam compreender fenômenos, relações e movimentos de diferentes realidades e, se possível e necessário, transformar tais realidades.
- Interdisciplinaridade - A integração disciplinar possibilita a análise dos objetos de estudo sob diversos olhares, constituindo-se questionamentos permanentes que permitam a (re) criação do conhecimento.
- Formação profissional para a cidadania - Compromisso de desenvolver o espírito crítico e autonomia intelectual, para que, por intermédio do questionamento permanente dos fatos, o profissional possa contribuir para o atendimento das necessidades sociais e educacionais.
- Autonomia intelectual - Significa ser autor da própria fala e do próprio agir, sendo coerente na integração do conhecimento com a ação e nas decisões profissionais. O desenvolvimento de uma postura investigativa por parte do estudante é fundamental para que construa sua autonomia intelectual e profissional.
- Responsabilidade, compromisso e solidariedade social. A compreensão da realidade social e o estímulo à solidariedade devem ser pontos integradores das ações de extensão vinculadas ao currículo.

Os conteúdos de natureza especial como Educação Ambiental e Desenvolvimento Nacional Sustentável, Direitos Humanos, Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena e atendimento a pessoas com deficiência, previstos em legislação própria, estão contemplados nas disciplinas e/ou demais componentes curriculares que compõem o currículo do curso, conforme definido abaixo:





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

- **Educação ambiental e Desenvolvimento Nacional Sustentável** – As temáticas são norteadoras para a formação dos profissionais na atualidade e estão presentes como componente curricular específico na disciplina “Educação Ambiental”, como também em atividades desenvolvidas no âmbito do curso, tais como workshop/palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras, sempre focalizando a aplicabilidade das questões ambientais no ambiente escolar.
- **Direitos Humanos e Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena e** – as temáticas estão presentes em conteúdos aprofundados nas disciplinas “Educação, Sociedade e Trabalho” (Conteúdo: “Educação escolar e a estrutura socioeconômica da sociedade brasileira contemporânea”), Ética, Política e Sociedade (Conteúdos: “Responsabilidade moral e liberdade”, “Estado e sociedade civil” e “Questões éticas contemporâneas”) e “Prática Profissional I a VI”.

Essas temáticas também se farão presente nas atividades complementares do curso, realizadas no âmbito da instituição, tais como palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras. Além das atividades curriculares, o Campus conta com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena (NEABI) que desenvolve atividades formativas voltadas para os estudantes e servidores.

6.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

A matriz curricular inclui atividades complementares relacionadas ao perfil de formação, que possibilitem o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do estudante, incluindo aquelas adquiridas fora do ambiente acadêmico, desde que comprovadas, como encontros, palestras, exposições, concursos, seminários internos ou externos à instituição ou outra atividade aqui não prevista, mas reconhecida e regulamentada por resolução específica.

De acordo com o Parecer CNE/CES Nº: 239/2008 a inclusão das atividades complementares nos cursos de graduação “foi motivada pela necessidade de se estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

permanente e contextualizada atualização profissional específica, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho”.

Trata-se, portanto, de atividades enriquecedoras que permitem a cultura da educação continuada, imprimindo a visão da necessidade de atualização permanente no processo de formação acadêmica e profissional. As atividades complementares devem permear todos os aspectos da formação do estudante de forma inter, multi e transdisciplinar, promovendo o conhecimento significativo e ampliando a visão de mundo dos graduandos.

Sobre a regulamentação das atividades complementares nos cursos de Tecnologia, o Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 239/2008 esclarece que:

Na medida em que os cursos superiores de tecnologia, a exemplo dos cursos de bacharelado e de licenciatura, se enquadram na modalidade de cursos superiores de graduação – e se no caso daqueles as atividades complementares são parte integrantes do projeto pedagógico, e assim computadas na carga horária mínima exigida –, o mesmo tratamento pode ser aplicado a estes, por isonomia.

O Parecer CNE/CES nº 8/2007, em seu Art. 1º, institui as cargas horárias mínimas para os cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial e estabelece, em seu parágrafo único, que os estágios e as atividades complementares dos cursos de graduação, bacharelado, na modalidade presencial, não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário.

A Resolução CONSU/IFAC nº 025/2015, de 19 de março de 2015, dispõe sobre a Regulamentação das Atividades Complementares dos Cursos Superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. De acordo com a supracitada resolução, poderão ser validadas como Atividades Complementares: a) atividades de complementação da formação social, humana, ética e cultural; b) atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo; c) atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional.

Para inclusão das atividades complementares como integrantes do currículo do curso de Tecnologia em Processos Escolares, as mesmas serão computadas como carga horária, distribuídas de acordo com o evento acadêmico, totalizando 180 horas. As atividades serão distribuídas no decorrer do curso, devendo o aluno cumprir, preferencialmente, 30 horas por semestre. Os alunos também têm oportunidade de acompanhar as atividades que os professores





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

ligados ao curso desenvolvem como: projetos de extensão, atividades diversas de pesquisas individuais ou em grupos.

Tabela 2: Atividades Complementares Curso Superior de Tecnologia em Processos Escolares

ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA POR EVENTO	CARGA HORÁRIA MÁXIMA POR TODO O CURSO
Palestras	3h	30h
Participação em conferências, congresso ou seminário, na área do curso ou afim.	5h	50h
Participação em curso (presencial ou EAD) de extensão na área de formação ou afim.	20h	150h
Exposição de trabalhos em eventos ou publicação de trabalhos em anais na área do curso	5h	30h
Publicações de trabalhos em revista ou periódicos na área do curso ou afim.	5h	30h
Co-autoria de capítulos de livros na área do curso ou afim	5h	30h
Participação em projeto de pesquisa e/ou extensão (como bolsista ou voluntário na área do curso) por período médio de 1(um) ano.	100h	200h
Desenvolvimento de monitoria (como bolsista ou voluntário na área do curso) por semestre.	50h	100h
Realização de estágio não obrigatório na área do curso ou afim (carga horária total do estágio realizado pelo aluno)	100h	200h
Participação em/ou desenvolvimento de outras atividades específicas do curso.	25h	75h
Trabalho voluntário em Instituições legalmente constituídas (horas trabalhadas)	1h	200h

Os procedimentos para cômputo da carga horária das Atividades Complementares serão realizados no decorrer do curso, sendo acompanhado e validado pela Colegiado do Curso. O





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

estudante, por meio de formulário próprio, apresentará à coordenação de curso, relatório com documentação comprobatória de cumprimento das atividades (original e cópia).

A conclusão do Curso de Tecnologia em Processos Escolares do IFAC estará condicionada ao cumprimento integral da carga horária das atividades complementares.

6.5 PRÁTICAS PROFISSIONAIS

A Prática profissional será tratada no curso de Tecnólogo em Processos Escolares como disciplina a ser desenvolvida, ao longo do curso, por meio de atividades, tais como:

- Desenvolvimento de projetos integradores que resultem em Relatórios ou Seminários de Prática Profissionais orais ou escritos;
- Projetos de adaptação de equipamentos, programas e ferramentas da informática que atendam as demandas da escola e/ou pessoas com necessidades especiais;
- Trabalhos de consultoria na área ou afim;
- Exercícios profissionais efetivos (ano).

Para que os projetos sejam legitimados como prática profissional, terão como obrigatoriedade o acompanhamento de um professor orientador durante todo o processo, apresentar uma solução viável para a um problema ou situação real, por meio de projeto que integre diferentes conhecimentos já trabalhados ao longo do curso, atendendo a carga horária prevista de 50 horas por semestre e 300 (trezentas) horas ao final do curso.

Como orientação ao quadro docente que ministrará as disciplinas de práticas profissionais, trabalhar-se-á cada disciplina considerando as seguintes ênfases/eixos formadores:

- **Eixo I – Iniciação à Formação Profissional:** o objetivo é possibilitar ao aluno a reflexão sobre o processo de formação profissional a partir dos pressupostos oferecidos nas disciplinas estudadas no semestre, desenvolvendo um olhar crítico e iniciando mudanças nas práticas profissionais e cidadãs.
- **Eixo II – Homem, Cultura e Sociedade:** o objetivo do eixo é de estabelecer relação entre as bases conceituais apresentadas no Eixo I e o papel do sujeito como um ser transformador da sociedade em que vive e do espaço escolar.
- **Eixo III – Bases Legais e Administrativas:** este objetiva que o sujeito conheça os





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

processos legais da organização e administração escolares, e se perceba como agente de mudanças.

- **Eixo IV – Trabalhadores em Educação:** cidadãos, educadores e gestores: visa criar condições para que o aluno, enquanto futuro profissional da educação se reconheça como cidadão, educador e gestor e se perceba como agente de mudanças.
- **Eixo V – Gestão do Espaço Escolar:** este eixo objetiva que o aluno possa contribuir na maximização do aproveitamento nos diversos espaços escolares, por meio de um gerenciamento adequado ao contexto.
- **Eixo VI – Humanização no Espaço Escolar:** a proposta do eixo é possibilitar ao aluno enxergar e respeitar a diversidade, tanto nas relações interpessoais, quanto profissionais, promovendo inclusão.

Dessa forma, as práticas profissionais devem acontecer de forma articulada com o maior número possível de componentes curriculares, preservando-se a coerência e as relações que podem ser estabelecidas entre esses componentes.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

6.6 TABELA DE MATRIZ CURRICULAR

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES							
EIXO TECNOLÓGICO: DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL							
MATRIZ CURRICULAR - 1º SEMESTRE							
CÓDIGO DA DISCIPLINA	DISCIPLINA	TOTAL DE AULAS SEMANAIS	CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITOS
			HORA-AULA	HORA-RELÓGIO	TEÓRICA	PRÁTICA	
	Fundamentos da Administração	3	54	45	45	-	-
	Língua Brasileira de Sinais - Libras I	4	72	60	60	-	-
	Educação, Sociedade e Trabalho	3	54	45	45	-	-
	Matemática Aplicada	4	72	60	60	-	-
	Português Instrumental	4	72	60	60	-	-
	Fundamentos da Educação Inclusiva	4	72	60	60	-	-
	Prática Profissional I	4	60	50	-	50	-
Sub-Total		26	456	380	330	50	





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES							
EIXO TECNOLÓGICO: DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL							
MATRIZ CURRICULAR - 2º SEMESTRE							
CÓDIGO DA DISCIPLINA	DISCIPLINA	TOTAL DE AULAS SEMANAIS	CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITOS
			HORA AULA	HORA RELÓGIO	TEÓRICA	PRÁTICA	
	Ética, Política e Sociedade	2	36	30	30	-	-
	Informática Básica	4	72	60	60	-	-
	Direito Administrativo	3	54	45	45	-	-
	Psicologia do Desenvolvimento	2	36	30	30		
	Leitura e Produção de Textos Técnicos e Oficiais	2	36	30	30	-	-
	Metodologia científica	3	54	45	45	-	-
	Legislação Educacional e Educação Básica	3	54	45	45	-	-
	Língua Brasileira de Sinais – Libras II	4	72	60	60		Língua Brasileira de Sinais – Libras I
	Prática Profissional II	4	60	50	-	50	Prática Profissional I
Sub-Total		27	474	395	345	50	-





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES							
EIXO TECNOLÓGICO: DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL							
MATRIZ CURRICULAR - 3º SEMESTRE							
CÓDIGO DA DISCIPLINA	DISCIPLINA	TOTAL DE AULAS SEMANAIS	CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITOS
			HORA AULA	HORA RELÓGIO	TEÓRICA	PRÁTICA	
	Gestão da Informação na Educação e na Escola	3	54	45	45	-	-
	Estatística Aplicada à Educação	3	54	45	45	-	Matemática Aplicada
	Direitos da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso	2	36	30	30	-	-
	Gestão Escolar Democrática e Participativa	4	72	60	60	-	-
	Políticas Educacionais e Financiamento da Educação	3	54	45	45	-	Legislação Educacional e Educação Básica
	Lab. de Informática: criação, funcionamento e manutenção básica	4	72	60	60	-	Informática Básica
	Empreendedorismo e inovação	3	54	45	45	-	-
	Prática Profissional III	4	60	50	-	50	Prática Profissional II
Sub-Total		26	456	380	330	50	-





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES							
EIXO TECNOLÓGICO: DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL							
MATRIZ CURRICULAR - 4º SEMESTRE							
CÓDIGO DA DISCIPLINA	DISCIPLINA	TOTAL DE AULAS SEMANAIS	CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITOS
			HORA AULA	HORA RELÓGIO	TEÓRICA	PRÁTICA	
	Gestão de Documentos e Registro Escolar	2	36	30	30	-	
	Gestão de Processos e Fluxos Escolares	2	36	30	30	-	
	Planejamento Estratégico e Gestão por Resultados	4	72	60	60	-	Fundamentos da Administração
	Gestão da Educação em Espaços Escolares e não Escolares	4	72	60	60	-	
	Contabilidade Geral e Escolar	4	72	60	60	-	Matemática Aplicada
	Fundamentos da Gestão de Pessoas	2	36	30	30	-	Fundamentos da Administração
	Direito do Trabalho	3	54	45	45	-	
	Prática Profissional IV	4	60	50	-	50	Prática Profissional III
Sub-Total		25	438	365	315	50	



**INSTITUTO
FEDERAL**
Acre

Campus
Rio Branco

Avenida Brasil, 920, Bairro Xavier Maia
Rio Branco/AC - CEP 69.903-068
Telefones: (68) **2106-5900** - (68) **2106-5907** e (68) **2106-5906**
E-mail: campusriobranco@ifac.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES							
EIXO TECNOLÓGICO: DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL							
MATRIZ CURRICULAR - 5º SEMESTRE							
CÓDIGO DA DISCIPLINA	DISCIPLINA	TOTAL DE AULAS SEMANAIS	CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITOS
			HORA AULA	HORA RELÓGIO	TEÓRICA	PRÁTICA	
	Política de Alimentação Escolar	3	54	45	45	-	
	Segurança e Higiene no Ambiente Escolar	3	54	45	45	-	
	Biblioteca Escolar: Criação e Gestão	2	36	30	30	-	
	Laboratórios de Ciências: criação, funcionamento, segurança e manutenção básica	4	72	60	60	-	
	Novas Tecnologias e Contexto Escolar	3	54	45	45	-	
	Lazer e Entretenimento no Ambiente Escolar	2	36	30	30	-	
	Manutenção da infraestrutura	4	72	60	60	-	
	Prática Profissional V	4	60	50	-	50	Prática Profissional IV
Sub-Total		25	438	365	315	50	



**INSTITUTO
FEDERAL**
Acre

Campus
Rio Branco

Avenida Brasil, 920, Bairro Xavier Maia
Rio Branco/AC - CEP 69.903-068
Telefones: (68) **2106-5900** - (68) **2106-5907** e (68) **2106-5906**
E-mail: campusriobranco@ifac.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS ESCOLARES							
EIXO TECNOLÓGICO: DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL							
MATRIZ CURRICULAR - 6º SEMESTRE							
CÓDIGO DA DISCIPLINA	DISCIPLINA	TOTAL DE AULAS SEMANAIS	CARGA HORÁRIA				PRÉ-REQUISITOS
			HORA AULA	HORA RELÓGIO	TEÓRICA	PRÁTICA	
	Administração de Conflitos e Negociação	2	36	30	30	-	-
	Motivação e Liderança	3	54	45	45	-	-
	Educação ambiental	4	72	60	60	-	-
	Planejamento e Organização de Cantinas	3	54	45	45		-
	Laboratórios de Línguas e Salas de Leitura: criação e funcionamento	3	54	45	45	-	-
	Laboratório de Multimeios: criação e funcionamento	3	54	45	45	-	-
	Gestão de contratos	2	36	30	30	-	-
	Prática Profissional VI	4	60	50		50	Prática Profissional V
		24	420	350	300	50	
RESUMO CARGA HORÁRIA DO CURSO							
Carga horária teórica							1935
Carga horária prática							300
Carga horária Atividades Complementares							180
Carga horária total							2415





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

7 METODOLOGIA

A metodologia adotada no Curso Superior de Tecnologia em Processos Escolares considera o trabalho como princípio educativo (CIAVATTA, FRIGOTTO, RAMOS, 2011; FRIGOTTO, 1997), objetivando superar a tradicional e preconceituosa dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, objetivando a formação de profissionais capazes de atuar democraticamente como cidadãos. Para tanto é preciso, como está definido no inciso IV do art.35 da LDB, propiciar aos alunos a compreensão dos fundamentos científicos – tecnológico dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada componente curricular.

Assim, tomando o trabalho como princípio educativo, a presente proposta possibilita a construção de uma práxis ancorada na perspectiva da pedagogia histórico-crítica, desenvolvendo a capacidade de integrar teoria e prática, a fim de superar conhecimentos fragmentados (LIBANÊO, 2006; MIZUKAMI, 1986; SAVIANI, 1999).

Ao longo da formação é importante a problematização, a indagação e a dúvida, como abordagens motivadoras e essenciais para o ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para o desenvolvimento de independência intelectual dos estudantes e para a busca de atualização e aperfeiçoamento, aproximando as reflexões teóricas das atividades práticas.

Desta forma, a metodologia considera a observação e a reflexão como fatores fundamentais para a compreensão da realidade e implicam aprofundamento e ampliação da articulação entre teoria e prática, contribuindo para a integralização das atividades acadêmicas e para a produção do conhecimento nas distintas áreas.

As inovações tecnológicas inserem-se à metodologia enquanto suportes estratégicos à aprendizagem discente e à produção científica. Os conhecimentos práticos, as competências e as habilidades desenvolvidas para o aprender a conhecer, o aprender a ser, o aprender fazer e o aprender a conviver, são elementos necessários à formação e fazem parte do perfil do egresso.

Nesta perspectiva a metodologia pressupõe a interdisciplinaridade e a flexibilização curricular, o envolvimento dos alunos, em processos de construção de conhecimentos a partir da vida real, buscando constantemente a atualização e a inovação, de forma a atender e antecipar as demandas sociais.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Considerando os art. 126 a 134 da Organização Didático Pedagógica do IFAC, as avaliações devem ter por finalidade promover a melhoria da realidade educacional do estudante, priorizando o processo ensino-aprendizagem, tanto individual quanto coletivamente. Assim, são respeitando a igualdade e atendendo aos conteúdos vivenciados nas disciplinas.

Serão considerados como critérios de avaliação do desempenho escolar:

- Domínio de conhecimentos (assimilação e utilização de conhecimentos na resolução de problemas, transferência de conhecimentos, análise e interpretação de diferentes situações problemas);
- Participação (interesse, comprometimento e atenção aos temas discutidos nas aulas, estudos de recuperação, formulação e/ou resposta a questionamentos orais, cumprimento das atividades individuais e em grupo, externas e internas à sala de aula);
- Criatividade;
- Autoavaliação (forma de expressão do autoconhecimento do discente acerca do processo do estudo, interação com o conhecimento, das atitudes e das facilidades e dificuldades enfrentadas tendo por base os incisos I, II e III);
- Análise do desenvolvimento integral do discente no período letivo.
- Outras observações registradas pelos docentes;

Considerando o trabalho como princípio educativo, a avaliação tende a ser contínua, no decorrer das atividades, analisando os questionamentos, intervenções e formação dos conceitos. Logo, pressupõe nova postura em relação à apropriação dos conteúdos, no que se refere à superação de um novo equilíbrio entre atuar praticamente e de trabalhar intelectualmente, substituindo o saber fazer pela compreensão dos processos.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

8. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

O aproveitamento de estudos compreende disciplinas ou áreas de conhecimento que tenham sido cursadas regularmente, no IFAC ou em outra instituição de ensino, conforme regulamentado pela Resolução CONSUL/IFAC nº 162/2013 (Organização Didático Pedagógica do IFAC), através dos artigos 177 a 189.

Assim, estudantes terão direito a aproveitamento de estudos realizados com êxito, desde que no mesmo nível de ensino ou em nível superior, desde que não seja o total de disciplinas cursadas em outras Instituições superior a 50% da carga horária do curso do Instituto Federal do Acre.

O Aproveitamento de Estudos poderá ocorrer da seguinte forma:

- a) Parcial quando os estudos realizados na instituição de origem contemplarem 70% dos conteúdos e menos de 75% da carga horária da disciplina envolvida, no Campus de destino, o que exigirá avaliação de conhecimentos pelo docente.;
- b) Total quando os estudos realizados na instituição de origem contemplarem 70% dos conteúdos e acima de 75% da carga horária da disciplina envolvida, no Campus de destino.

A coordenação de curso/eixo, consultará os docentes e equipe pedagógica, emitindo parecer quanto ao aproveitamento da disciplina ou área de conhecimento equivalentes às que integram o currículo pleno vigente do curso atual do estudante. Para tanto, serão considerados estudos realizados a no máximo 05(cinco) anos da data de solicitação do benefício e entre cursos do mesmo nível.

O período para solicitação de aproveitamento de estudos será determinado no calendário acadêmico, sendo que para o estudante ingressante, a solicitação de aproveitamento de estudos poderá ser realizada no ato da matrícula. Na solicitação de aproveitamento deverão ser entregues os seguintes documentos (originais, com assinatura e carimbo do estabelecimento de ensino de origem):

- a) histórico escolar atualizado, contendo o nome do curso e das disciplinas ou áreas de conhecimento, com especificação do período em que foram cursadas, porcentagens de frequência, carga horária e média ou conceito final; b) conteúdo programático ou plano de ensino das disciplinas ou áreas de conhecimento cursadas com aproveitamento, com





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

especificação da carga horária e da bibliografia utilizada.

Estudantes de nacionalidade estrangeira ou brasileiros com estudos realizados no exterior poderão solicitar aproveitamento de estudos desde que apresentem documentação legalizada por via diplomática e com equivalência concedida pelo respectivo sistema de ensino. Para efeito de registro acadêmico, constará no histórico escolar a relação de disciplinas aproveitadas com a respectiva carga horária.

A validação de Conhecimentos e Experiências Profissionais Anteriores serão realizadas conforme Resolução CONSUL/IFAC nº 162/2013 (Organização Didático Pedagógica do IFAC), através dos artigos 190 a 195, cabendo o reconhecimento da identidade de valor formativo dos conteúdos e/ou conhecimentos requeridos.

Os conhecimentos adquiridos na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderão ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. Entenda-se por validação o processo de legitimação de conhecimentos e de experiências relacionados com o perfil de conclusão do curso. O processo de validação incluirá análise de memorial descritivo detalhado das atividades desenvolvidas e avaliação condizente com o programa de ensino da disciplina ou área.

Para solicitar validação de conhecimentos e experiências profissionais anteriores, o discente deverá encaminhar requerimento à Coordenação de Registro Escolar no período determinado no Calendário institucional, somente sendo aceito um único pedido de validação de conhecimentos e experiências adquiridas no trabalho ou por outros meios informais, para cada componente curricular/disciplina ou área de conhecimento.

O IFAC validará conhecimentos adquiridos em estudos regulares e/ou em experiência profissional, mediante avaliação teórica e/ou prática, feita por uma comissão instituída pelo coordenador do curso, composta, no mínimo, de três professores, considerando que não será possível ao aluno pedir validação de componente curricular em que tenha sido reprovado no IFAC ou pedir validação mais de uma vez, por componente curricular.

O resultado do processo de validação será formalizado por meio de ata e registrado no histórico escolar.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

9 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem se constitui em um processo contínuo e formativo. Nesses processos, são assumidas as funções diagnóstica, formativa e somativa integradas ao processo de ensino-aprendizagem, as quais devem ser empregadas como princípios orientadores para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades dos educandos. Do mesmo modo, deve funcionar como indicadores na verificação da aprendizagem, em que os aspectos qualitativos sobreponham aos quantitativos conforme estabelece a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Dentre os instrumentos e técnicas de avaliação que poderão ser utilizados, pode-se citar: a observação contínua pelos docentes, participação, trabalhos individuais e/ou em grupos, provas escritas e orais, resolução de problemas e exercícios, atividades práticas, produção de relatórios e a autoavaliação.

De acordo com a Organização Didática Pedagógica do IFAC, as médias parciais são semestrais e serão obtidas por meio de aritméticas simples, devendo ser registradas nos diários de classes, juntamente com a frequência escolar e lançadas no sistema, obrigatoriamente após o fechamento do período letivo. Observando o calendário acadêmico, de acordo com as seguintes fórmulas:

$$\text{Média Parcial} = (N1 + N2 + \dots + Nn)/n$$

Legenda:

N1 = Avaliação obrigatória

N2 = Avaliação obrigatória

Nn = Outras avaliações

N = Quantidade de avaliações

Deverão ser utilizadas, em cada semestre, por disciplina, no mínimo dois instrumentos de avaliação. Os instrumentos de avaliação bem como os pesos atribuídos a cada um deles deverão ser divulgados pelo professor no início do respectivo período letivo.

A média final será obtida por meio da expressão abaixo:

$$\text{Média Final} = (\text{Média Parcial} + \text{Avaliação Final})/2$$

Os resultados da avaliação da aprendizagem serão expressos em notas, numa escala de 0,00 (zero) a 100,00 (cem), sendo considerado aprovado, no semestre, o estudante que tiver média final semestral igual ou superior a 70,00, ou igual ou superior a 50,00, no caso de ser submetido





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

à prova final.

Quanto à frequência, será considerado o art. 47, § 3º da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que dispõe sobre a obrigatoriedade de frequência de alunos e professores, salvo nos programas de educação à distância, que se regem por outras disposições. É admitida, para a aprovação, a frequência mínima de 75% do total das aulas e demais atividades escolares de cada componente curricular, em conformidade com o disposto na Resolução nº 4, de 16 de setembro de 1986 do extinto Conselho Federal de Educação. Não há amparo legal ou normativo para o abono de faltas a estudantes que se ausentem regularmente dos horários de aulas devido às convicções religiosas.

O regime de exercícios domiciliares, instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, que dispõe sobre tratamento excepcional para estudantes portadores das afecções que indica, constitui-se em exceção à regra estabelecida na LDB. A sua aplicação deverá ser considerada institucionalmente, caso a caso, de modo que qualquer distorção, por parte do aluno ou da instituição de ensino, possa ser corrigida com a adoção de medidas judiciais pertinentes. Além disso, a Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, dispõe que a partir do oitavo mês de gestação, e durante os três meses subsequentes, a estudante grávida ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares. Não existem outras exceções.

Sendo assim, cabe ressaltar que todos os critérios de verificação do desempenho acadêmico e as condições de aprovação e reprovação dos estudantes seguirão a Resolução IFAC nº 162/2013, de 09 de setembro de 2013, que trata da normatização da Organização Didático-Pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.

10 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

A Educação Superior é avaliada em âmbito Nacional a partir do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – (SINAES - Lei 10.861, de 14 de abril de 2004), o qual tem como finalidade a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

O SINAES normatiza a avaliação da educação superior a partir de três perspectivas: **Avaliação de Desempenho dos Estudantes**, realizada através do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE, conforme o ciclo de avaliação de cursos, estabelecido por normativa própria, constituindo-se em componente curricular obrigatório dos cursos de graduação; **Avaliação Externa de Cursos Superiores e Instituições**, sendo que esta tem como objetivo verificar as condições do curso para o seu reconhecimento e/ou renovação de reconhecimento, resultando em ato de reconhecimento ou renovação de reconhecimento, além de objetivar o ato avaliativo das condições para a oferta de ensino superior, resultando em situações de credenciamento ou recredenciamento para a oferta de ensino superior; **Auto-avaliação Institucional**, realizada institucionalmente, no âmbito da CPA (Comissão Própria de Avaliação) com vistas a analisar o desenvolvimento institucional e reorientar o planejamento, quando necessário, a fim de garantir a qualidade da educação ofertada. O resultado de qualidade insuficiente deixará a instituição sujeita às medidas de regulação e supervisão no âmbito do Ministério da Educação.

Os resultados da avaliação externa dos cursos superiores e das auto- avaliações institucionais devem ser utilizados como subsídio para a avaliação do curso no âmbito do Núcleo Docente Estruturante e Colegiado de Curso em conjunto com a Direção Geral e de Ensino, para fins de realização de melhorias contínuas.

Assim, o “Curso Superior de Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho: Secretaria Escolar”, ciente da necessidade de constante aperfeiçoamento e aprimoramento das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, adotará práticas de auto avaliação como instrumentos da melhoria da oferta de serviços para os educandos. Neste contexto, serão levados em consideração as percepções do colegiado do curso, da coordenação do curso e do Núcleo Docente Estruturante (NDE), promovendo ações de valorização e melhoria dos resultados, quando necessário.

Os aspectos negativos levantados deverão ser trabalhados nas seguintes etapas:

- Reuniões de colegiado do curso para planejamento semestral;
- Reuniões para levantamento das potencialidades e fragilidades do curso incluindo todos os dados coletados pelo próprio curso e pelo INEP;
- Reuniões entre colegiado de curso e o Núcleo Docente Estruturante para levantamento dos indicadores que deverão ser reestruturados em seus componentes curriculares;
- A partir do sistema de avaliação institucional interna e externa, promover reuniões colegiadas para o levantamento de variáveis e indicadores;





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

- Desenvolver a avaliação dos planos de ensino com o intuito de melhorar e inovar permanentemente as ações pedagógicas;

Este processo que envolve reuniões de trabalho e atividades diversas serão realizadas durante o semestre letivo, e o cronograma deverá ser estabelecido no início de cada semestre, previsto em calendário acadêmico, entretanto, poderá ocorrer de maneira extraordinária quando surgirem problemas emergenciais demonstrando novos indicadores ou procedimentos no âmbito do curso.

Sendo assim, o projeto de auto avaliação adotado para o curso caracteriza-se como um processo cíclico justificável pelo seu caráter formativo e implementador de medidas concretas com o objetivo de aperfeiçoamento constante da organização didático-pedagógica, do seu corpo docente e da infraestrutura da instituição.

11 DIPLOMA/CERTIFICADO

Após integralizar todas as disciplinas e demais atividades previstas neste Projeto Pedagógico de Curso, o aluno fará jus ao Diploma de Tecnólogo em Processos Escolares.

12 EQUIPAMENTOS E INTALAÇÕES

12.1 EQUIPAMENTOS

Item	Descrição	Quantidade	Propriedade
01	Desktop	253	IFAC
02	Impressora laser	16	IFAC
03	Caminhonete Ford/Ranger	02	IFAC
04	Van	01	IFAC
05	Ônibus	01	IFAC
06	Linha Telefônica	16	IFAC
07	Internet	02	IFAC





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

12.2 INSTALAÇÕES CAMPUS RIO BRANCO *

BLOCO A/TÉRREO	COORDENAÇÃO DE CURSOS TÉCNICOS
	COORDENAÇÃO ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
	NÚCLEO DE ATENDIMENTO AS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS – NAPNE
	GRUPO DE PESQUISA EM AGROECOLOGIA
	COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE - CPPD
	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO, MANUTENÇÃO E INFRAESTRUTURA - DIRAI
	DIRETORIA GERAL DO CAMPUS RIO BRANCO - DIRGE
	CODENAÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS - COGEP
	COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - TI
	COORDENAÇÃO DE REGISTRO ESCOLAR
	PROTOCOLO
	SALAS DOS PROFESSORES 01 E 02
	NÚCLEO DE ESTUDOS AFRABRASILEIROS E INDÍGENAS - NEABI
	COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA
	DIRETORIA DE ENSINO - DIREN
	COPA
	COORDENAÇÃO DE CURSOS SUPERIORES
	PRONATEC
BLOCO A PISO 1	BIBLIOTECA
	SINASEFE
	COORDENAÇÃO DE PESQUISA E EXTENSÃO
	SALAS EAD (03)
	SALAS GRUPOS DE PESQUISA (05)
BLOCO B TÉRREO	AUDITORIO
	SALAS DE AULA (10), EQUIPADAS COM MURAL DE AVISOS, MESA, CARTEIRA PARA PROFESSORES E ALUNOS E QUIPAMENTO PARA PROJEÇÃO.
BLOCO B PISO 1	SALAS DE AULA (13), EQUIPADAS COM MESAS, CARTEIRA PARA PROFESSORES E ALUNOS E QUIPAMENTO PARA PROJEÇÃO.
BLOCO C TÉRREO	LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA (01)
	LABORATÓRIO DE MÚSICA (01)
	ALMOXARIFADO (01)
	LABORATÓRIO DE BIOLOGIA NUCLEAR (01)
	LABORATÓRIO DE SEGURANÇA DO TRABALHO (01)
	VIDEO CONFERÊNCIA (01)
	ALMOXARIFADO DOS LABORATÓRIOS (01)
	LABORATÓRIO DE QUÍMICA (01)





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

	DEPÓSITO DE EQUIPAMENTOS DE TOPOGRAFIA (01)
	LABORATÓRIO DE MICROSCOPIA (01)
	LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR (01)
	SALA DOS TÉCNICOS EM LABORATÓRIO (01)
BLOCO C/PISO 1 INSTALAÇÕES	LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA
	SALA DE AULA
	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA
	CENTRO DE IDIOMAS
	MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES
	LABORATÓRIO DE FÍSICA
	LABORATÓRIO DE REDES
	SALA DE ARTES
	SALA DE AULA
BLOCO D	XEROX
	INCUBAC
	CANTINA
	ALMOXARIFADO DOS MATERIAIS ESPORTIVOS
BLOCO E	COPA DO PESSOAL DA LIMPEZA E SERVIÇOS GERAIS
	DEPÓSITO
BLOCO F	QUADRA POLIESPORTIVA (EM CONSTRUÇÃO)

* Espaços climatizados

13 PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

13.1 PESSOAL DOCENTE

NOME	FORMAÇÃO INICIAL	TITULAÇÃO	REG. DE TRABALHO
Alcilene Oliveira Alves	História	Mestre	DE
Cesar Gomes de Freitas	Administração	Mestre	DE
Claudia Ferreira de Almeida	Direito	Especialista	DE
Dirlei Terezinha Fachinello	Administração	Mestre	DE
Eliane Barth Tavares	Libras	Especialista	DE
Francisca Iris Nunes da Silva Bezerra	Matemática	Mestre	DE
Francisco Bezerra de Lima Junior	Economista	Mestre	DE
Janara Alexandre da Silva Vasconcelos	Engenharia	Especialista	DE





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Guiomar Almeida Sousa Diniz	Engenheira de Alimentos	Mestre	DE
Iliane Tecchio	Letras	Doutora	DE
João Evangelista Moreira Filho	Administração	Mestre	DE
Josina Maria Pontes Ribeiro	Ciências Sociais	Mestre	DE
Luís Pedro de Melo Plese	Meio Ambiente	Doutor	DE
Maria Lucilene Belmiro de Melo Acácio	Pedagogia	Mestre	DE
Rodrigo Silva Souza	Informática	Especialista	DE
Tânia Gomes Façanha	Ciências Sociais	Mestre	DE
Valdirene Nascimento da Silva Oliveira	Pedagogia	Especialista	DE

13.2 PESSOAL TÉCNICO- ADMINISTRATIVO

Técnico	Área de atuação	Graduação	Titulação
Sonaira de Araújo Moura	Diretoria de Ensino	História	Especialista
Suellen Cristina Enes Valentim da Silva	Diretoria de Ensino	Administração	Especialista
Marisa Fontana	Diretoria de Ensino	História	Especialista
Camila Caroline de Lima Silva	Registro	Administração	Especialista
Suelange Gomes Horácio D'Ávila	Coordenação Técnico Pedagógica	Pedagogia	Especialista
Marilândia Sabino de Oliveira	Coordenação Técnico Pedagógica	Pedagogia	Especialista
Rubya Mara Rezende Madella Martins	Coordenação Técnico Pedagógica	Pedagogia	Especialista
Anélia de Souza Monteiro	Assistência Estudantil	Psicologia	Especialista
Vanessa Paula Paskoali	Assistência Estudantil	Assistência	Mestre
José de Arimatéia Ferreira de Oliveira	Biblioteca	Biblioteconomia	Especialista
Eleandro Nogueira da Silva	TI	Sistema de Informação	Especialista
Andressa da Silva Bernades	DIRAI	Direito	Especialista
Paula Daniele Batista	DIRAI	Economia	Especialista





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

14 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

A Organização Didática Pedagógica – ODP, institui o Núcleo Docente Estruturante – NDE, por curso de graduação e a Resolução nº 089/2015 – CONSU/IFAC trata das atribuições do Núcleo Docente Estruturante. O NDE é um órgão consultivo, propositivo e de assessoramento sobre matéria de natureza acadêmica vinculado ao Colegiado de cada Curso Superior, sendo responsável pela concepção, implantação, consolidação, avaliação e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação do IFAC.

Conforme Resolução CONAES Nº 1, de 17/06/2010, Art. 2º, são atribuições do Núcleo Docente Estruturante, entre outras:

- I. contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II. zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III. indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV. zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

15 COLEGIADO DO CURSO

Os Colegiados dos Cursos Superiores no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC são regulamentados pela Resolução CONSU/IFAC nº 024/2015, sendo estes órgãos primários de função consultiva, normativa, deliberativa e de assessoramento acadêmico para os assuntos de política de ensino, pesquisa e extensão. Assim, compete ao Colegiado do Curso de Tecnologia em Processos Escolares:

- I. Definir a política para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão no âmbito de cada curso em conformidade com o planejamento estratégico da instituição;
- II. Analisar e encaminhar demandas de caráter pedagógico e administrativo, apresentada por docentes ou estudantes, referentes ao desenvolvimento do curso, de acordo com as normativas vigentes;





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

- III. Propor a realização de atividades que permitam a integração da ação pedagógica do corpo docente e técnico no âmbito do curso;
- IV. Acompanhar e avaliar as metodologias de ensino e avaliação desenvolvidas no âmbito do curso, com vistas à realização de encaminhamentos necessários a sua constante melhoria;
- V. Propor e avaliar a relevância dos projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos no âmbito do curso de acordo com o seu Projeto Pedagógico;
- VI. Analisar as causas determinantes do baixo rendimento escolar e evasão dos estudantes do curso, quando houver, e propor ações para equacionar os problemas identificados;
- VII. Fazer cumprir a Organização Didático-Pedagógica do IFAC, propondo reformulações e/ou atualizações quando necessárias;

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20/12/1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: 1996.

_____. **Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999**, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

_____. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

_____. **Lei nº 11.892 de 29/12/2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008.

_____. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**; que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

_____. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília/DF: 2004.

_____. **Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006**, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

_____. **Decreto nº 4281, de 25 de junho de 2002**, que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 3860, de 09 de junho de 2001**, que dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências.

_____. **Resolução CNE/CP nº 03, de 18 de dezembro de 2002**, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Brasília/DF: 2002.

_____. **Resolução CONAES nº 01/2010**, de 17 de junho de 2010, que regulamenta as atribuições do Núcleo Docente Estruturante.

_____. **Resolução nº 01/2004, de 17 de junho de 2004**, institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

_____. **Parecer CNE/CES nº 277, de 07 de dezembro de 2006**, que institui a nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação. Brasília/DF: 2006.

_____. **Parecer CNE/CES nº 261, de 09 de novembro de 2006**, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências. Brasília/DF: 2006.

_____. **Parecer CNE/CP nº 29, de 3 de dezembro de 2002**, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Brasília/DF: 2002.

_____. **Parecer CNE/CES nº 436, de 02 de abril de 2001**, que trata das orientações sobre os Cursos Superiores de Tecnologia - Formação de Tecnólogo. Brasília/DF: 2001.

_____. **Parecer CNE Nº 776/97**. Orienta para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Brasília/DF: 1997.

_____. **Parecer CNE/CES nº 583, de 29 de outubro de 2001**, que trata da orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Brasília/DF: 2001.

_____. **Parecer CNE/CES nº 239, de 06 de novembro de 2008**, que trata da carga horária das atividades complementares nos cursos superiores de tecnologia. Brasília/DF: 2008.

_____. **Parecer CNE/CES nº 236, de 7 de agosto de 2009**, consulta acerca do direito dos alunos à informação sobre o plano de ensino e sobre a metodologia do processo de ensino-aprendizagem e os critérios de avaliação a que serão submetidos. Brasília/DF: 2009.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio; RAMOS, Marise. **O trabalho como princípio educativo no prometo de educação integral de trabalhadores.** Disponível em www.escolanet.com.br/teleduc/.../Trabalho_Princip_Educativo.doc. Acesso em 01.04.2011.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE (IFAC). **Resolução CONSU/IFAC nº 162/2013, de 09 de setembro de 2013**, dispõe da normatização da Organização Didático-Pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.

_____. **Resolução CONSU/IFAC nº 149/2013, de 12 de julho de 2013**, regulamenta os estágios dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC.

_____. **Resolução CONSU/IFAC nº 145/2013, de 12 de julho de 2013**, que regulamenta a organização, o funcionamento e as atribuições do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC.

_____. **Resolução CONSU/IFAC nº 024/2015, de 19 de março de 2015**, institui o Regulamento de criação, atribuições e funcionamento do Colegiado dos Cursos Superiores no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC.

_____. **Resolução CONSU/IFAC nº 025/2015 de 19 de março de 2015**, dispõe sobre a Regulamentação das Atividades Complementares dos Cursos Superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.

_____. **Resolução CONSU/IFAC nº 026/2015 de 19 de março de 2015**, dispõe sobre a Regulamentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos Cursos Superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre-IFAC.

FRIGOTTO, G. (Org.). **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador.** São Paulo: Cortez, 1997.

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. Secretaria de Estado de Planejamento. **Acre em números 2010.** Rio Branco: 2010.

LIBANÊO, J.C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos.** 21ª ed. São Paulo/SP: Loyola, 2006 (Coleção Educar 1).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.** Brasília: MEC, 2010.

_____. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.** Brasília: MEC, 2016.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

MIZUKAMI, Maria da G. N. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986
(Temas básicos de educação e ensino).

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 32ª ed. Campinas/SP: Autores Associados, 1999
(Coleção Polêmicas do nosso tempo: 5).





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

APÊNDICE





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

APÊNDICE A: EMENTAS

Disciplina:	Fundamentos da Administração				
Código:		Carga Horária:	45	Período letivo:	1º
1. Ementa:					
Fundamentos da Administração. Funções do administrador. Escola Clássica. O Movimento das relações humanas. O Comportamentalismo. O Estruturalismo. Análise da evolução teórica e prática da administração. Teoria de sistemas e administração. Desenvolvimento organizacional. Administração por objetivos. As operações administrativas: planejamento, organização, comando, coordenação e controle.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
CHIAVENATO, Idalberto. Introdução a Teoria Geral da Administração . Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.					
GURGEL, Claudio. Administração : elementos essenciais para a gestão das organizações. São Paulo: Atlas, 2009.					
MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Introdução a Administração . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. Teoria Geral da administração . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.					
CARAVANTES, Geraldo R. Administração : teorias e processos. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.					
CERTO, Samuel C. Administração moderna . 9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.					
SILVA, Adelphino Teixeira da. Administração básica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.					
ZYLBERSTZTAJN, José Décio. et al. Gestão da Qualidade no Agribusiness : estudos e casos. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2005.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Língua Brasileira de Sinais I				
Código:		Carga Horária:	60	Período letivo:	1º
1. Ementa:					
Utilização instrumental da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e seu uso em contextos reais de comunicação com a pessoa surda. Conhecimento específico acerca dos universais linguísticos e da gramática da Libras. Fundamentos legais do ensino de Libras. Libras e Língua Portuguesa como primeira e segunda língua.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
MOURA, M. C.; CAMPOS, S. R. L.; VERGAMINI, S. A. A. (org.). Educação para surdos: práticas e perspectivas II . São Paulo: Grupo Gen, 2011.					
QUADROS, R. M.; CRUZ, C. R. Língua de sinais: instrumentos de avaliação . São Paulo: Artmed, 2011.					
QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
ACRE. Lei n.º 1.487, de 24 de janeiro de 2003 . Institui a Língua Brasileira de Sinais – Libras no Estado do Acre e dá outras providências. Rio Branco, AC. Disponível em: < http://www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2014/09/Lei1487.pdf >. Acesso em: 22 de nov. 2016.					
ANDREIS-WITKOSKI, S.; FILIETAZ, M. R. P. (Org.). Educação de surdos em debate . 1. ed. Curitiba: UTFPR, 2014. Disponível em: < http://docplayer.com.br/4482787-Educacao-de-surdos-em-debate.html >. Acesso em: 22 de nov. 2016.					
BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 . Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Presidência da República: Casa Civil, 2005. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm >. Acesso em: 22 de nov. 2016.					
_____. Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002 . Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Brasília: Presidência da República: Casa Civil, 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm >. Acesso em: 22 de nov. 2016.					
FARIA-NASCIMENTO, S. P.; NASCIMENTO, C. B. Introdução aos Estudos Linguísticos: Língua de Sinais Brasileira e Língua Portuguesa em foco . 2 ed. Florianópolis, SC: UFSC, 2010.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Educação, Sociedade e Trabalho				
Código:		Carga Horária:	45	Período letivo:	1º
1. Ementa:					
Pensamento sociológico contemporâneo e a educação. Processos de socialização e educação escolar. Educação escolar e a estrutura socioeconômica da sociedade brasileira contemporânea.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
SILVA, P.G.; SILVÉRIO, V.; SILVEIRA, R.A. Educação e ações afirmativas : entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. São Paulo: MCT Brasil - INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. Disponível em: < http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/educacao_acoes_afirmativas.pdf >. Acesso em: 14 mai. 2016.					
MARQUES, S. Sociologia da educação . São Paulo: Grupo Gen (LTC), 2012.					
SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. Sociologia do Trabalho . 3. ed. Rio Janeiro: Zahar, 2010.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico . 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.					
GIDDENS, Anthony. Sociologia . 6.ed. Porto Alegre: Penso, 2012.					
QUINTANEIRO, Tania. Um toque de clássicos : Durkheim, Marx e Weber. Belo Horizonte: UFMG, 1995.					
TOMAZI, N.D. et al. Iniciação a Sociologia . 2. ed. São Paulo: Atual, 2000.					
ZABALA ARGÜELLES, María del Carmen. Pobreza, exclusión social y discriminación étnico- racial en América Latina y el Caribe . Buenos Aires: CLACSO, 2010.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Matemática Aplicada				
Código:		Carga Horária:	60	Período letivo:	1º
1. Ementa:					
Razão. Escalas. Proporções. Geometria – estudo da proporcionalidade. Grandezas. Medida de comprimento, massa e tempo. Regra de Três simples e composta. Porcentagem. Coeficiente e taxa. Sistema de Coordenadas Cartesianas: origem, eixos e pontos e Arredondamento de números.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
DANTE, Luiz Roberto. Matemática : contexto e aplicações. São Paulo: Ática, 2011					
CABRAL, Luiz Cláudio Durão; NUNES, Mauro César de Abreu. Matemática básica explicada passo a passo . São Paulo: Método, 2013.					
IEZZI, Gelson. et al. Matemática . 5. ed. São Paulo: Atual, 2011.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
DANTE, Luiz Roberto. Matemática : contexto e aplicações. 5. ed. São Paulo: Ática, 2011. 3 v. em 2.					
GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. Matemática para administração . São Paulo: LTC, 2010.					
HAZZAN, Samuel. Fundamentos de Matemática Elementar . 7. ed. São Paulo: Atual, 2004. 11 v. em 5.					
IEZZI, Gelson. et al. Fundamentos de Matemática Elementar . Vol. 11. São Paulo: Atual, 2011.					
SMOLE, Kátia Cristina Stoco. Matemática : Ensino Médio. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 3 v. em 1.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Português Instrumental				
Código:		Carga Horária:	60	Período letivo:	1º
1. Ementa: Proposta: Elementos da comunicação. A linguagem verbal e não verbal. Funções da linguagem. Variações Linguísticas. Leitura, interpretação de textos e dificuldades na escrita: Ortografia, Fonética, Morfologia, Sintaxe e Semântica. Acentuação e pontuação. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Colocação pronominal. Crase. Emprego dos pronomes relativos.					
2. Bibliografia BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ANTUNES, Irandé. Lutar com Palavras : coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa . 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. MARTINS, D. S.; ZILBERKNOP, L. S. Português instrumental . 29. ed. São Paulo: Atlas, 2010. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CAMPEDELLI, Samira Yousseff; SOUZA, Jesus Barbosa. Português : literatura produção de textos & gramática. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2000. FARACO, C. A. Prática de Texto para estudantes universitários . 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. FARACO, C. A.; TEZZA C.; Oficina de texto . 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. MEDEIROS, João Bosco. Português instrumental . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2014. OLIVEIRA, Jorge Leite. Texto Acadêmico : técnicas de redação e de pesquisa científica. 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Fundamentos da Educação Inclusiva				
Código:		Carga Horária:	60	Período letivo:	1º
1. Ementa:					
Conhecer aspectos históricos sobre a Educação Especial e sua relação com a Educação Inclusiva. Princípios Inclusivos. O aluno com necessidades educacionais especiais: concepções e características específicas de cada categoria. Políticas públicas para a Educação Inclusiva – Legislação Brasileira: o contexto atual. Acessibilidade à escola e ao currículo. Perfil pedagógico do professor da Educação Inclusiva.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
LIMA, Priscila Augusta. Educação inclusiva e igualdade social . São Paulo: Avercamp, 2006.					
MAZZOTTA, Marcos J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.					
PACHECO, José; et al. Caminhos para a Inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar . Porto Alegre: Artmed, 2007.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M. Educação Inclusiva . 1. ed. Rio de Janeiro: PP&A, 2003.					
GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Friszman de. Políticas e práticas de educação inclusiva . 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.					
MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar: o que é? por que? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.					
SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos . 8. ed. Editora WVA, 2010.					
STAINBACK, Susan. Inclusão: um guia para educadores . Porto Alegre: Artmed, 1999.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Prática Profissional I				
Código:		Carga Horária:	50	Período letivo:	1º
1. Ementa:					
Elaboração de diagnósticos educacionais. Pesquisa-ação em educação. Elaboração de projetos de pesquisa e/ou intervenção na educação.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
CARVALHO, Maria Cecília M. Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas. 24. ed. São Paulo: Papirus, 2012.					
OLIVEIRA, Ramon. A (des) qualificação da educação profissional brasileira. São Paulo: Cortez, 2003.					
VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). Projeto político-pedagógico da escola. São Paulo: Papirus, 2013.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
COSTA, Marisa Vorraber. (Org). A escola tem futuro? 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.					
GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.					
LUDKE, Menga; ANDRE, Marli E. D. A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2012.					
OLIVEIRA, Ramon de. A desqualificação da educação profissional brasileira. São Paulo: Cortez, 2003.					
SAVIANI, Dermeval. A Nova Lei da Educação: LDB, trajetórias, limites e perspectivas. 12. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Informática Básica				
Código:		Carga Horária:	60	Período letivo:	2º
1. Ementa:					
Conceitos Básicos de Computação e Informática. Sistemas Operacionais. Internet e Intranet. Processador de Texto. Planilha Eletrônica. Software de Apresentação. Aplicações e utilidades de informática básica ao cotidiano escolar.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
CAPRON, H. L.; JOHNSON, J.A. Introdução à Informática . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.					
PREPPERNAU, J. Windows 7: passo a passo . Porto Alegre: Bookman, 2010.					
VELOSO, F. C. Informática: Conceitos Básicos . 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
KUROSE, James F. Rede de Computadores e a Internet . São Paulo: Addison Wesley, 2010.					
MANZANO, José Augusto N. G. BrOffice.Org 3.2.1: guia prático de aplicações . 1. ed. São Paulo: Érica, 2010.					
STALLINGS, William. Arquitetura e organização de computadores . 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.					
TANENBAUM, Andrew S. Sistemas Operacionais Modernos . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.					
TELLES, Reynaldo. Descomplicando o Windows 7 e o Microsoft Office 2007 e 2010 para Concursos . Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2013.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Ética, Política e Sociedade				
Código:		Carga Horária:	30	Período letivo:	2º
1. Ementa:					
Conhecimento e discurso ético. Responsabilidade moral e liberdade. Questões éticas contemporâneas. Evolução histórica do pensamento político. Teoria política moderna. Eixos cognitivos da tradição sociológica. Conceitos de poder, Estado e Sociedade Civil. Regimes Políticos e relações entre poderes.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
CHACON, Vamireh. Max Weber : a crise da ciência e da política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.					
GIDDENS, Anthony. Sociologia . 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.					
SOUZA, Herbert. Ética e cidadania . 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.					
CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede . São Paulo SP: Paz e Terra, 2004.					
DURKHEIM, E. As regras do método sociológico . São Paulo: Editora Martins Fontes, 1995.					
LARAIA, R. B. O que é Cultura . São Paulo: Ática, 1990. (Coleção Primeiros Passos, 110).					
QUINTANEIRO, Tania Maria. Um toque de clássicos : Marx, Durkheim, Weber. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Direito Administrativo				
Código:		Carga Horária:	45	Período letivo:	2º
1. Ementa:					
Conceito de Direito Administrativo. Princípios. A administração pública. Estrutura Organizacional da administração pública. Entidades da administração indireta. Poderes e deveres do administrador público. O regime jurídico administrativo. A atividade administrativa.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
BOLZAN, Fabrício. Direito administrativo . São Paulo: Saraiva, 2012.					
CARVALHO FILHO, José dos santos. Manual de direito administrativo . 24. ed. Rio Janeiro: Lumen, 2014.					
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo . São Paulo: Atlas, 2012.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
BORDALO, Rodrigo. Direito administrativo . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.					
BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil : promulgada em 5 de outubro de 1988. 48. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.					
GALANTE, Marcelo. Direito administrativo . São Paulo: Atlas, 2010.					
GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo facilitado . São Paulo: Método, 2015.					
SPITZCOVSKY, Celso. Direito administrativo . 14. ed. São Paulo: Método, 2013.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Psicologia do Desenvolvimento				
Código:		Carga Horária:	30	Período letivo:	2º
1. Ementa:					
Desenvolvimento Humano. Fases do desenvolvimento psicossocial. Desenvolvimento e Aprendizagem. Desenvolvimento e Relações interpessoais.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
BEE, Helen. O Ciclo Vital . 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 1997.					
BRONFENBRENNER, Urie. Bioecologia do desenvolvimento humano : tornando os seres humanos mais humanos. Porto Alegre: Artmed, 2011.					
PAPALIA, Diane E. et al. Desenvolvimento Humano . 10. ed. Porto Alegre: Amgh, 2010.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Maurício. Adolescência Normal : um enfoque psicanalítico. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.					
BIAGGIO, Ângela Maria Brasil. Psicologia do Desenvolvimento . 22. ed. Vozes, 2011.					
CASTORINA, José A.; CARRETERO, Mario. Desenvolvimento cognitivo e educação : os inícios do conhecimento. Porto Alegre: Grupo A, 2014. 2 v. em 5.					
CÓRIA-SABINI, Maria Aparecida. Psicologia do Desenvolvimento . 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.					
VIGOSTSKI, L. S. A formação Social da Mente . 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Leitura e Produção de Textos Técnicos e Oficiais				
Código:		Carga Horária:	30	Período letivo:	2º
1. Ementa:					
Leitura ativa, analítica e crítica de textos técnicos e oficiais. Planejamento e produção de textos oficiais: Carta Administrativa, Relatórios, Circular, Memorando, Ata, Atestado, Regulamento e Estatuto, Convocação, Aviso, Bilhete, Ordem de serviço, Ofício, Procuração, Requerimento, Declaração, Edital, Recibo etc.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
FERREIRA, Reinaldo Mathias. Correspondência comercial e oficial : com técnicas de redação. 12. ed. São Paulo: Ática, 1997.					
GOLD, Miriam. Redação empresarial . 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.					
MEDEIROS, João Bosco. Redação Empresarial . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
BLIKSTEIN, Isidoro. Técnicas de comunicação escrita . 22. ed. São Paulo: Ática, 2006.					
MARTINS, D. S.; ZILBERKNOP, L. S. Português instrumental . 29. ed. São Paulo: Atlas, 2010.					
MEDEIROS, João Bosco. Português Instrumental . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.					
RODRIGUEZ, Manuela M. Manual de modelos de cartas comerciais . 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.					
TERRA, Ernani. Curso de gramática . São Paulo: Scipione, 1986.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Metodologia Científica				
Código:		Carga Horária:	45	Período letivo:	2º
1. Ementa:					
Métodos e técnicas de pesquisa. Planejamento, organização e desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso (TCC). Elementos formais e metodológicos de pesquisa. Condução da pesquisa e comunicação dos seus resultados. Normas de apresentação de trabalhos acadêmicos.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico : elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.					
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.					
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
ABRAHAMSOHN, Paulo. Redação científica . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.					
CERVO, Amado Luiz. Metodologia Científica . 6. ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2007.					
MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica : a prática de fichamentos, resumos e resenhas. 5. ed. São Paulo, Atlas, 2003.					
MICHEL, Maria Helena. Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.					
RUIZ, João Álvaro. Metodologia Científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2013.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Legislação Educacional e Educação Básica				
Código:		Carga Horária:	45	Período letivo:	2º
1. Ementa:					
O contexto social, político e econômico brasileiro e a educação. A educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio como etapas da educação básica. Estudo da organização da educação brasileira: dimensões históricas, políticas, sociais, econômicas e educacionais. Educação e desenvolvimento. A Constituição de 1988 e os movimentos sociais e sindicais. O estatuto da criança e do adolescente. O significado da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as reformas educacionais.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
CARNEIRO, Moacir Alves. LDB fácil: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo . 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. ISBN: 9788532619662.					
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza. Educação escolar: políticas, estruturas e organização . 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.					
SAVIANI, Demerval. A nova lei da educação: LDB trajetória, princípios e perspectivas . São Paulo: Autores Associados, 2011.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação . 8. ed. São Paulo: Papirus, 2012.					
MANACORDA, Mario Alighieiro. História da educação: da antiguidade aos nossos dias . 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.					
MAZZOTTA, Marcos J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.					
OLIVEIRA, Dalila Andrade. (Org). Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos . 10. ed. Rio de Janeiro, Vozes, 2013.					
RIBEIRO, Maria Luísa Santos. História da educação brasileira: a organização escolar . 21. ed. São Paulo: Autores Associados, 2010.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Língua Brasileira de Sinais – Libras II				
Código:		Carga Horária:	60	Período letivo:	2º
1. Ementa:					
Cultura surda e cidadania brasileira. Educação dos surdos: aspectos históricos e institucionais. Características da linguagem de sinais. Situações de aprendizagem dos surdos. Aquisição de uma segunda língua.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
KOJIMA, Catarina Kiguti; SEGALA, Sueli R. Libras, Língua Brasileira de Sinais: a imagem do pensamento. São Paulo: Escala, 2011.					
MOURA, Maria Cecilia de; CAMPOS, Sandra Regina Leite de; VERGAMINI, Sabine Antonialli Arena (org.). Educação para surdos: práticas e perspectivas II. São Paulo: Grupo Gen, 2011.					
QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir. Becker. Teorias da aquisição da linguagem. Florianópolis: UFCS, 2008.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary. Lopes. Esteves. Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.					
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS. Educação de surdos: contando histórias em libras. Brasília-DF: Secretaria de Educação Especial, 2006.					
PEREIRA, Maria Cristina C. Leitura, escrita e surdez. 2. ed. São Paulo: FDE, 2009. Disponível em :< http://cape.edunet.sp.gov.br/textos/textos/leituraescritaesurdez.pdf >. Acesso em: 20 nov. 2016.					
SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima; et. al. Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC/SEESP, 2005. v. 1. Disponível em: < http://goo.gl/tBTmmO >. Acesso em: 20 nov. 2016.					
STROBEL, Karin. História da Educação dos Surdos. Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em: < http://goo.gl/0G2vVn >. Acesso em: 20 nov. 2016.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Prática Profissional II				
Código:		Carga Horária:	50	Período letivo:	2º
1. Ementa:					
Elaboração de diagnósticos educacionais. Pesquisa-ação em educação. Elaboração e execução de projetos de pesquisa e/ou intervenção na educação. Elaboração de relatórios técnicos.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
CHAUI, Marilena. Cidadania cultural . São Paulo: Perseu Abramo, 2006.					
CARVALHO, Maria Cecília M. de. Construindo o saber: metodologia científica fundamentos e técnicas . 24. ed. São Paulo: Papirus, 2012.					
LUDKE, Menga; ANDRE, Marli E. D. A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas . São Paulo: E.P.U. 2012.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
ANTUNES, Celso. Relações Interpessoais e auto-estima: a sala de aula como um espaço de crescimento integral . Fascículo 16. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.					
ALVES, Sérgio Rodrigues. Tecnologia Educacional: 21 dicotomias no século XXI . 1. ed. São Paulo: Perse, 2014.					
GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.					
GUIMARÃES Neto, Euclides. Educar pela sociologia: contribuições para a formação do cidadão . Belo Horizonte: RHJ, 2012.					
SAVIANI, Demerval. A nova lei da educação, LDB: trajetória, princípios e perspectivas . São Paulo: Autores Associados, 2011.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Gestão da Informação na Educação e na Escola				
Código:		Carga Horária:	45	Período letivo:	3º
1. Ementa:					
A informação no mundo globalizado; A evolução tecnológica; Mecanismos informatizados para gestão da informação; Gestão da informação na educação; Gestão da secretaria escolar; Recursos tecnológicos auxiliares na gestão administrativa.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
DOWBOR, Ladislau. Tecnologias do conhecimento : os desafios da educação. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.					
KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias : o novo ritmo da informação. 8. ed. São Paulo: Papirus, 2012.					
VIEIRA, Alexandre Thomaz; ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de; ALONSO, Myrtes. Gestão Educacional e Tecnologia . São Paulo: Avercamp, 2003.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
ASSIS, Wilson Martins de. Gestão da informação nas organizações : como analisar e transformar em conhecimento informações captadas no ambiente de negócios. São Paulo: Autêntica, 2010.					
BEAL, Adriana. Gestão Estratégica da Informação . São Paulo: Atlas, 2004.					
MARIANO, Sandra Regina; HOLANDA, Veronica Feder Mayer. Tecnologia e Gestão da Informação . Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2008.					
OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Felix. Política e gestão da educação . 2 ed. São Paulo: Autêntica, 2011.					
SORDI, José Osvaldo de. Administração da Informação . São Paulo: Saraiva, 2008.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Estatística Aplicada à Educação				
Código:		Carga Horária:	45	Período letivo:	3º
1. Ementa:					
Proposta: Introdução ao estudo da Estatística. População e Amostra. Série Estatística. Gráficos Estatísticos. Distribuição de Frequência. Medidas de Tendência Central. Medidas de Dispersão. Medidas de assimetria.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
COSTA, Sergio Francisco. Introdução Ilustrada a Estatística . 4. ed. São Paulo: Harbra, 2005.					
FONSECA, Jairo Simon da. Curso de Estatística . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.					
VIEIRA, Sonia. Estatística Básica . 1. ed. São Paulo: Cengage, 2011					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira. Estatística . 3. ed. São Paulo: Bluncher, 2002.					
SPIEGEL, Murray R. Estatística . 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.					
MEYER, Paul L. Probabilidade : aplicações à estatística. Rio de Janeiro: LTC, 2012.					
MORETTIN, Pedro Alberto; BUSSAB, Wilton O. Estatística Básica . 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.					
NOVAES, Diva Valério. Estatística para educação profissional e tecnológica . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Direitos da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso				
Código:		Carga Horária:	30	Período letivo:	3º
1. Ementa:					
Definição de estatuto. Momentos históricos dos anos 1990 e 2003. Lei 8069/1990. Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente. Medidas legais de proteção criminal segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente. Biografia dos autores do ECA. Estatuto do Jovem. Estatuto do Idoso lei 10741/2003. Direitos e Garantias leis aos idosos. Impacto do Estatuto na sociedade. Biografia dos Autores do Estatuto do Idoso.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
CUNHA, Rogerio Sanches; LÉPORE, Paulo Eduardo; ROSSATO, Luciano Alves. Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado . 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.					
ISHIDA, Válder Kenji. Estatuto da Criança e do Adolescente : doutrina e jurisprudência. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014.					
RAMIDOFF, Márcio Luís. Direitos Difusos e Coletivos IV : estatuto da criança e do adolescente. São Paulo: Saraiva, 2012.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
BOAS, Marco Antônio Vilas. Estatuto do idoso comentado . São Paulo: Forense, 2007.					
BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil , Brasília, DF, 16 jul. 1999. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm >. Acesso em: 22 dez. 2016.					
DEL PRIORE, Mary (Org). História das Crianças no Brasil . 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000					
PINHEIRO, Naide Maria (coord). Estatuto do Idoso Comentado . Editora Servanda, 2008.					
BRASIL. Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil , Brasília, DF, 03 out. 2003. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.741.htm >. Acesso em: 22 dez. 2016.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Gestão Escolar Democrática e Participativa				
Código:		Carga Horária:	60	Período letivo:	3º
1. Ementa:					
A gestão democrática da Educação: sistemas de Ensino, mecanismos de gestão e a descentralização. A gestão da escola básica e o princípio da autonomia administrativa, financeira e pedagógica. A escolha do Diretor da escola e a constituição das equipes pedagógicas. A gestão participativa. A estrutura organizacional de uma escola. O clima e a cultura da escola como fatores determinantes da gestão escolar.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
COLOMBO, Sônia Simões. Gestão Educacional : uma nova visão. São Paulo: Artmed, 2007.					
FARIA, José Henrique. Gestão Participativa : relações de poder e trabalho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2009.					
LIBÂNEO, J. C. Organização e Gestão da Escola : teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
FERREIRA, Naura S. Capareto (org.). Gestão democrática da educação : atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2003.					
HENGEMÜHLE, Adelar. Gestão de ensino e práticas pedagógicas . Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.					
OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (org.). Gestão Educacional : novos olhares, novas abordagens. Petrópolis: Vozes, 2005.					
OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.) Gestão democrática da educação . São Paulo: Vozes, 2000.					
LUCK, Heloísa. Dimensões de gestão escolar e suas competências . Curitiba: Editora Positiva, 2009.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Políticas Educacionais e Financiamento da Educação				
Código:		Carga Horária:	45	Período letivo:	3º
1. Ementa:					
Análise das políticas públicas educacionais; Fundos públicos, vinculação de recursos e influências dos organismos multilaterais no financiamento da educação pública brasileira; Elaboração e execução orçamentária dada pela CF/88; Função redistributiva e supletiva dos sistemas de ensino; A lei do FUNDEB e a relação da educação básica com o custo-aluno- qualidade (CAQ).					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
GENTILI, P.; SILVA, Tomás T. Neoliberalismo, qualidade total e educação : visões críticas. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.					
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar : políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.					
TOMMASI, de Livia. (Org). Banco Mundial e as Políticas Educacionais . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
ALMEIDA, Malu (org.). Políticas educacionais e práticas pedagógicas : para além de mercadorização do conhecimento. 2 ed. Campinas: Alínea, 2010.					
AKKARI, Abdeljalil. Internacionalização das políticas educacionais : transformações e desafios. Petrópolis: Vozes, 2011.					
BRZEZINSKI, Iria (org.). LDB dez anos depois : reinterpretação sob diversos olhares. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.					
HADDAD, Sérgio (org.). Banco Mundial, OMC e FMI : o impacto nas políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2008.					
NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação e política no Brasil de hoje . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Laboratório de Informática: criação, funcionamento e manutenção básica				
Código:		Carga Horária:	60	Período letivo:	3º
1. Ementa:					
Instalação de Sistema Operacional. Noções de Rede. Manutenção de Computadores. Instalação e Remoção de Aplicativos.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
CARISSIMI, A da Silva. Redes de Computadores . São Paulo: Bookman, 2006.					
PREPPERNAU, Jouan. WINDOWS 7: Passo a passo . Porto Alegre: Bookman, 2010.					
TANEMBAUM, Andrew S. Organização Estruturada de Computadores . 4. ed. Amsterdam: LTC, 1999.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
CAPRON, H. L.; JOHNSON, J.A. Introdução à Informática . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.					
NORTON, Peter. Introdução à informática . São Paulo: Pearson Makron Books, 1996.					
NEMETH, Evi. Manual completo do linux . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.					
MANZANO, José Augusto N. G. BrOffice. Org 3.2.1: guia prático de aplicações . 1. ed. São Paulo: Érica, 2010.					
SILVA, Mário Gomes. Informática Básica . 1. ed. São Paulo: Érica, 2009.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Empreendedorismo e Inovação				
Código:		Carga Horária:	45	Período letivo:	3º
1. Ementa:					
Conceito, características e desafios ao empreender. Viabilidade de novos negócios. Criação, gestão e sobrevivência de novos empreendimentos. CCE's. O empreendedorismo como resposta ao novo conceito de empregabilidade. Empreendedorismo Corporativo. Desenvolvimento de atitudes, capacidades e habilidades empreendedoras. Modelo de Negócios. Plano de Negócios.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo : transformando ideias em negócios. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.					
_____. Empreendedorismo Corporativo . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.					
DRUCKER, P. F. Inovação e Espírito Empreendedor : prática e princípios. São Paulo: Cengage Learning, 2011.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
AVENI, A. Empreendedorismo contemporâneo : teorias e tipologias. São Paulo: Editora Atlas, 2014.					
BERNARDI, L. A. Manual de empreendedorismo e gestão : fundamentos, estratégias e dinâmicas. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.					
BIRLEY, S; MUZYKA, D. F. Dominando os desafios do empreendedor . São Paulo: Makron Books, 2001.					
DEGEN, R. J. O empreendedor : empreender como opção de carreira. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.					
MAXIMIANO, A. C. A. Administração para empreendedores : fundamentos da criação e da gestão de novos negócios. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Prática Profissional III				
Código:		Carga Horária:	50	Período letivo:	3º
1. Ementa:					
Elaboração de diagnósticos educacionais. Pesquisa-ação em educação. Elaboração de projetos de pesquisa e/ou intervenção na educação. Elaboração de relatórios técnicos.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
CHAUÍ, Marilena. Cidadania cultural. São Paulo : Perseu Abramo, 2006.					
CARVALHO, Maria Cecília M. de. Construindo o saber : metodologia científica, fundamentos e técnicas. 24. ed. São Paulo: Papirus, 2012.					
LUDKE, Menga; ANDRE, Marli E. D. A. Pesquisa em Educação : abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U, 2012.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
ANTUNES, Celso. Relações Interpessoais e auto-estima : a sala de aula como um espaço de crescimento integral, fascículo 16. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.					
ALVES, Sérgio Rodrigues. Tecnologia Educacional : 21 dicotomias no século XXI. 1. ed. São Paulo: Perse, 2014.					
GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.					
GUIMARÃES Neto, Euclides. Educar pela sociologia : contribuições para a formação do cidadão. Belo Horizonte: RHJ, 2012.					
SAVIANI, Demerval. A nova lei da educação, LDB : trajetória, princípios e perspectivas. São Paulo: Autores Associados, 2011.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Gestão de Documentos e Registro Escolar				
Código:		Carga Horária:	30	Período letivo:	4º
1. Ementa:					
Princípios da teoria da gestão de documentos: conceituação, objetivos e campo de aplicação. O ciclo vital dos documentos: produção, utilização e destinação. Planejamento e estruturação de sistema de arquivos e produção de documentos e certificações nas escolas.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes : tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2012.					
GONÇALVES, Janice. Como classificar e ordenar documentos de arquivo . São Paulo: AAB, 1998.					
VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa Fátima; VALDEMARIN, Vera Teresa (Org.). A cultura escolar em debate : questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas: Autores Associados, 2005.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
ARQUIVO NACIONAL. Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística . Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.					
FONSECA, Maria Odila. Arquivologia e ciência da informação . Rio de Janeiro: FGV, 2005. ISBN: 8522505039.					
LOPES, Luis Carlos. A informação e os arquivos : teorias e práticas. São Carlos: EDUFSCar, 1996. 142 p.					
LÜDKE, Mena; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação : abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.					
PAES, Marilena Leite. Arquivo : teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 1992.					
RONDINELLI, Rosely Curi. Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos : uma abordagem da diplomática arquivística contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Gestão de Processos e Fluxos Escolares				
Código:		Carga Horária:	30	Período letivo:	4º
1. Ementa:					
Visão geral sobre processos. Mapeamento e modelagem de processos. Implementação e documentação de Processos. Ferramentas para análise de Processos (Ciclo PDCA, Estrela Decisória, Brainstorming, Matriz GUT. Diagrama de causa e efeito, Gráfico de Pareto). Fluxogramas. Processos e fluxos nas instituições de ensino. Fluxo de Secretaria Escolar.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas : o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4. ed. São Paulo: Manole, 2014.					
CRUZ, T. Sistemas, organizações e métodos : estudo integrado das novas tecnologias de informação. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.					
VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de Pessoas . 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
BALLESTERO, A. Manual de organização, sistemas e métodos : abordagem teórica e prática da engenharia da informação. São Paulo: Atlas, 2000.					
CHINELATO FILHO, J. O & M Integrado à Informática . Rio de Janeiro: LTC, 2000.					
OLIVEIRA, D. Sistemas, organização e métodos . São Paulo: Atlas, 2005.					
STONER, J. Administração . Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1985.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Planejamento Estratégico e Gestão por Resultados				
Código:		Carga Horária:	60	Período letivo:	4º
1. Ementa:					
Conceitos de política e estratégia. Administração estratégica. Modelos formas de planejamento estratégico. Metodologias de formulação empresarial. Aspectos gerenciais da administração estratégica.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
CAVALCANTI, Marly. Estratégica de Negócios . 2. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2004.					
GOMES, Luís Flavio A.; ARAYA, Marcela Cecília Gozález; CARIGNONO, Claudia. Tomada de Decisões em Cenários em Complexos . São Paulo: Thomson Learning, 2004.					
OLIVEIRA, Djalma de P. Rebouças de. Planejamento Estratégico . 21. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2004.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. Manual de Planejamento Estratégico . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010					
ANSOFF, H. Igor; MCDONNELL, Edward J. Implantando a administração estratégica . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1993.					
DAFT, Richard L. Organizações: teorias e projetos . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.					
MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Fundamentos da Administração: manual compacto para cursos de formação tecnológica e sequenciais . São Paulo: Atlas, 2004.					
TACHIZAWA, Takeshy; REZENDE, Wilson. Estratégia empresarial: tendências e desafios, um enfoque na realizada brasileira . São Paulo: Makron Books, 2000.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Gestão da Educação em Espaços Escolares e não Escolares				
Código:		Carga Horária:	45	Período letivo:	4º
1. Ementa:					
Gestão Educacional: conceito, funções, e princípios básicos. A Função Administrativa da unidade escolar e do gestor, contextualização teórica, e tendências atuais. Análise da estrutura de gestão pedagógica no campo de atuação não escolar: ONGs, programas, projetos, ações educacionais. Investigação e reflexão crítica acerca da prática pedagógica, planejamento, execução e avaliação de atividades educativas.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
HÜCK, Heloísa. Concepções e processos democráticos de gestão educacional . 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.					
MARTINS, Angela Maria. Autonomia da escola: a (ex)tensão do tema nas políticas públicas . São Paulo: Cortez, 2002					
OLIVEIRA, Dalila Andrade. Gestão Democrática da Educação: desafios contemporâneo . Petrópolis: Vozes, 2009.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
AGUIAR, Marcia Ângela da S. A formação do profissional da educação no contexto da reforma educacional brasileira. In: FERREIRA, Naura Syria C. (org.). Supervisão educacional para uma escola de qualidade . São Paulo: Cortez, 1999.					
AGUIAR, Marcia Ângela da S. Espaço da gestão na formação do profissional da educação: dos dois olhares . Rio de Janeiro: DP&A, 2002.					
AGUIAR, Marcia Ângela da S. A formação do profissional da educação básica no curso pedagógico. In: FERREIRA, N. S. C; AGUIAR, M.A. da S (org.). Para onde vão a orientação e a supervisão educacional . 2. ed. Campinas: Papirus, 2002.					
ATUNES, Ricardo. Reestruturação e mudanças no mundo do trabalho numa ordem neoliberal. In: DOURADO, Luiz F.; PARO, Vitor H. (org.). Políticas Públicas e educacional básica . São Paulo: Xamã, 2001. 13-28 p.					
FERREIRA, Naura Syria Carpetto. Formação continuada e gestão da educação . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Contabilidade Geral e Escolar				
Código:	PESG2054	Carga Horária:	60	Período letivo:	4º
1. Ementa:					
Origens da Contabilidade, Usuários da Contabilidade, Campos de aplicação da Contabilidade, Conceitos Fundamentais da Contabilidade, Conceito de Patrimônio, Variação patrimonial; Demonstrações Contábeis, Documentos Contábeis.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
ALMEIDA, Marcelo Cavalcante. Curso básico de contabilidade . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.					
IUDÍCIBUS, S. et al. Manual de contabilidade das sociedades por ações da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, atuariais e financeiras . São Paulo: Atlas, 2010.					
IUDÍCIBUS, Sérgio de. Curso de contabilidade para não contadores . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
ALMEIDA, Marcelo Cavalcante. Curso básico de contabilidade . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.					
IUDÍCIBUS, Sérgio de. Contabilidade comercial : atualizado conforme Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.					
MARION, José Carlos. Contabilidade básica . São Paulo: Atlas, 2009.					
ROSA, Maria Berenice. Contabilidade do setor público . São Paulo: Atlas, 2011.					
SÁ, Antônio Lopes de. Contabilidade básica . Brasília: Edipro, 1980.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Fundamentos da Gestão de Pessoas				
Código:		Carga Horária:	30	Período letivo:	4º
1. Ementa:					
Origens da Gestão de Pessoas. A Gestão de Pessoas. Provisão de Recursos Humanos. Recrutamento de Pessoas. Seleção de Pessoas. Aplicação de Pessoas nas Organizações. Manutenção de Pessoas. Desenvolvimento de Pessoas. Monitoramento de Pessoas.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas e o papel dos recursos humanos nas organizações . Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.					
DRUCKER, Peter F. Fator Humano e desempenho : o melhor de Peter Drucker sobre administração. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.					
RIBEIRO, Antonio de Lima. Gestão de pessoas . São Paulo: Saraiva, 2005.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
BOHLANDER, George W. Administração de recursos humanos . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.					
CHIAVENATO, Idalberto. Introdução a Teoria Geral da Administração . 7. ed. São Paulo: Makron Books, 2003.					
MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à Administração . São Paulo: Atlas, 2006.					
MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Fundamentos da Administração : manual compacto para cursos de formação tecnológica e sequenciais. São Paulo: Atlas, 2004.					
MAXIMINIANO, Antonio Cesar Amaru. Teoria Geral da Administração . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Direito do Trabalho				
Código:		Carga Horária:	45	Período letivo:	4º
1. Ementa:					
Conceito e História do Direito do Trabalho. Princípios do Direito do Trabalho. Sujeitos do Contrato de Trabalho. Salário e Remuneração. Os principais direitos do Trabalhador.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
CARRION, Valentin. Comentários à consolidação das leis do trabalho . 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.					
MARTINS, Sergio Pinto. Direito do trabalho . 30. ed. São Paulo: Atlas, 2014.					
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao Direito do Trabalho . 37. ed. São Paulo: LTR, 2012					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de Direito do Trabalho . 12. ed. São Paulo: LTR, 2013.					
DIAS, Ricardo Resende. Método: direito do trabalho esquematizado . 3. ed. São Paulo: Método, 2013.					
FUHRER, Maximiliano Roberto Ernesto. et al. Resumo de Direito do Trabalho . 20. ed. São Paulo, Malheiros, 2008.					
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação do direito do trabalho . 33. ed. São Paulo: LTR, 2007					
SANTOS, Aloysio. Manual de Contrato de Trabalho Doméstico . 2. ed. Rio de Janeiro, Forense, 1998.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Prática Profissional IV				
Código:		Carga Horária:	50	Período letivo:	4º
1. Ementa:					
Elaboração de diagnósticos educacionais. Identificação de rotinas de trabalho e suas representações gráficas. Elaboração de relatórios técnicos.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
BALLESTERO-ALVAREZ, María Esmeralda. Manual de organização, sistemas e métodos: abordagem teórica e prática da engenharia da informação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.					
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estruturas e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.					
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial. 21. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2013.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4. ed. São Paulo: Manole, 2014.					
CURY, A. A organização e métodos: uma visão holística. São Paulo: Atlas, 2005.					
HALL, R. Organizações: estrutura, processos e resultados. São Paulo: Prentice Hall, 2005.					
LUDKE, Menga; ANDRE, Marli E. D. A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U. 2012.					
SAVIANI, Demerval. A nova lei da educação, LDB: trajetória, princípios e perspectivas. São Paulo: Autores Associados, 2011.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Discipli	Política de Alimentação Escolar				
Código:	PESG201	Car	45	Período	5º
	5	ga		letivo:	
1. Ementa: Política Nacional de Alimentação e Nutrição e a interface com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Gestão na alimentação escolar. Controle social e o PNAE. Educação promotora de saúde na alimentação escolar. A ação do Estado brasileiro como regulador e provedor da alimentação escolar. Alimentação. Escolar e seus benefícios: fundamentos para a educação de qualidade. A Entidade executora: estados, municípios, Distrito Federal e escolas federais. A gestão da alimentação escolar: centralização, descentralização, semi-descentralização, escolarização e terceirização. O nutricionista na alimentação escolar. Da(o) merendeira(o) à educadora alimentar. Alimentação escolar no contexto internacional.					
2. Bibliografia BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BOOG, Maria Cristina Faber. O Professor e a Alimentação Escolar : ensinando a amar a terra e o que a terra produz. Campinas: Komedi, 2008. LINDEN, Sônia. Educação Alimentar e Nutricional : algumas ferramentas de ensino. São Paulo: Editora Varela, 2011. POULAIN, Jean-Pierre. Sociologias da Alimentação . Florianópolis: UFSC, 2004. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ARRETCHE, M. T. S. Estado federativo e políticas sociais : determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan, 2000. FERNANDES, Laudirege. Merenda Escolar : direito a alimentação e fruição do direito a educação. Alagoas: Edufal, 2009. MOTA, Denise Giacomo da. Educação Nutricional : tenha uma alimentação saudável. 2 ed. São Paulo: IBRASA, 2010. MALUF, R.S.J. Segurança Alimentar e Nutricional : conceitos fundamentais. Petrópolis: Vozes, 2007. PATTO, Maria Helena Souza (org.). Introdução à Psicologia Escolar . 4. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Segurança e Higiene no Ambiente Escolar			
Código:		Carga Horária:	45	Período letivo: 5º
1. Ementa:				
A educação inserida nas políticas de segurança e saúde para a construção de conceitos de higiene e seguridade. Destaque para os aspectos de bem-estar, uso higiênico dos espaços escolares e saneamento básico na escola. As relações sociais e educativas na comunidade e na escola, a segurança no seu interior e a prevenção de acidentes.				
2. Bibliografia				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
ARAÚJO, Giovanni Moraes de. Legislação de Segurança e Saúde no Trabalho . 8. ed. São Paulo: GVC, 2011.				
FERRARI, Mario. Curso de Segurança, Saúde e Higiene no Trabalho . Salvador: Juspodivm, 2009.				
SILVA, Gleucia Carvalho; PEREIRA, Luciane; PINHEIRO, Andrea Nunes. Alimentos Seguros: higiene e controles em cozinhas e ambientes de manipulação . 1. ed. São Paulo: Senac, 2010.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
GERMANO, Maria Izabel Simões. Treinamento de manipuladores de alimentos: fator de segurança alimentar e promoção da saúde . 1. ed. Brasília: Varela, 2003.				
MATTOS, Ubirajara A. de O. Higiene e Segurança do Trabalho . Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.				
MINOZZO, Edson Leandro; AVILA, Ednaildes Pereira de. Escola Segura: prevenção de acidentes e primeiros socorros . Porto Alegre: AGE, 2006.				
MORAES, Francisco de. Empresas-Escola: educação para o trabalho versus educação pelo trabalho . São Paulo: SENAC, 2010.				
OLIVEIRA, Aristeu de. Consolidação das leis do trabalho . 3. ed. Curitiba: Afiliada, 2004.				





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Biblioteca Escolar: Criação e Gestão				
Código:	PESG2035	Carga Horária:	30	Período letivo:	5º
1. Ementa:					
Formas de Organização e administração de biblioteca: conceitos objetivos e funções. Integração biblioteca/unidade de ensino/comunidade. A caracterização das bibliotecas escolares e o desempenho de sua função junto à comunidade.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
ALMEIDA, Maria Christina de. Planejamento de bibliotecas e serviços de informações . 2. ed. Brasília: Briquet Lemos, 2005.					
PINHEIRO, Ana Virgínea. A ordem dos livros na biblioteca e serviços de informação . São Paulo: Interciência, 2007.					
PRADO, Heloísa de Almeida. Organização e administração de bibliotecas . 2. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
CAMPELO, B. A Biblioteca escolar : temas para uma prática pedagógica. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.					
MAROTO, L. H. Biblioteca escolar, eis a questão! Belo Horizonte: Autentica 2009.					
MILANESI, Luís Augusto. O que é biblioteca . 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.					
SILVA, Waldeck. Miséria da Biblioteca Escolar . São Paulo: Cortez, 2003.					
VERGUEIRO, Waldomiro. Qualidade em serviços de informação . 1 ed. São Paulo: Editora Arte& Ciência, 2002.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Laboratório de Ciências: criação, funcionamento, segurança e manutenção básica				
Código:		Carga Horária:	60	Período letivo:	5º
1. Ementa:					
Conceitos básicos em construção de laboratórios: materiais de construção, móveis, material de laboratório, equipamentos de segurança, dimensões e disposições em laboratórios; Normas gerais de funcionamento: comportamento em laboratório, organização e preparação das aulas, manuseio de equipamentos e materiais, aspectos éticos e legais para o uso de animais no ensino, alternativas ao uso de animais no ensino; Normas gerais de segurança: segurança do aluno uso de materiais, conduta em caso de acidentes; Normas gerais de manutenção: higienização de superfícies e equipamentos, procedimentos usuais de desinfecção, procedimentos usuais de esterilização, acondicionamento e descarte de resíduos; Legislação aplicada às atividades em laboratórios.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
ALMEIDA, M. F. C. Boas práticas de laboratórios . São Caetano do Sul: Difusão, 2009.					
GREIF, S. Alternativas ao uso de animais vivos na educação : pela ciência responsável. São Paulo: Instituto Nina Rosa, 2003.					
HIRATA, M. H.; HIRATA, R. D. C.; FILHO, J. M. Manual de Biossegurança . 2. ed. Barueri: Manole, 2012.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
ARAÚJO, S. A. A. Manual de biossegurança : boas práticas nos laboratórios de aulas práticas da área básica das ciências biológicas e da saúde. Natal: Universidade Potiguar, 2009.					
CRUZ, J. B. Laboratórios . Brasília: Universidade de Brasília, 2009.					
JUKES, N.; CHIUIA, M. From guinea pig to computer mouse : alternative methods for a progressive, humane education. 2. ed. Leicester: InterNiche, 2006.					
OLIVEIRA, D. M. O; SOARES, M. V; FONTES, M. A. S. Manual de biossegurança : normas gerais para utilização dos laboratórios da área de Ciências Biológicas e da área de Saúde, docentes, discentes e funcionários. Volta Redonda: Fundação Oswaldo Aranha, 2008.					
TEIXEIRA, P.; VALLE, S. Biossegurança : uma abordagem multidisciplinar. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2012.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Novas Tecnologias e Contexto Escolar				
Código:		Carga Horária:	45	Período letivo:	5º
1. Ementa: Socialização da informação e do conhecimento. O uso de novas tecnologias na educação. Ambientes de aprendizagem mediados por novas tecnologias. Informática Educativa. As novas tecnologias de comunicação e a educação a distância. Proposta: Estudo sobre as novas tecnologias da informação e comunicação, sua história e influência na sociedade contemporânea e suas aplicações na educação. O papel do gestor na incorporação das novas tecnologias na escola. Os recursos da web 2.0.					
2. Bibliografia BIBLIOGRAFIA BÁSICA: KENSKI, Vani Moreira. Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação . 8. ed. São Paulo: Papirus, 2011. KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e ensino presencial e a distância . 8. ed. São Paulo: Papirus, 2011. VIEIRA, Alexandre Thomaz; ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de; ALONSO, Myrtes. (Orgs.). Tecnologia na escola e formação de gestores . São Paulo: PUC, 2004. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BARBA, Carme; CAPELLA, Sebastià. Computadores em sala de aula: métodos e usos . Porto Alegre: Penso, 2012. DELORS, Jacques. Educação: um tesouro a descobrir . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. DOWBOR, Ladislau. Tecnologias do conhecimento: os desafios da educação . 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. LEVY, Pierre. Cibercultura . 2. ed. São Paulo: Editora 34, 1999. MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários a educação do futuro . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Lazer e Entretenimento no Ambiente Escolar				
Código:		Carga Horária:	30	Período letivo:	5º
1. Ementa:					
A importância do lazer na sociedade contemporânea. Os diferentes significados do lazer e do entretenimento. Lazer, escola e juventude. Aprendizagem e lazer. O uso das novas tecnologias como instrumentos de educação. Concepções do esporte no contexto escolar. O lúdico no combate à violência escolar.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
HASSENPFUG, Walderez Nosé. Educação pelo Esporte : educação para o desenvolvimento humano pelo esporte. São Paulo: Saraiva 2004.					
MARCELLINO, Nelson Carvalho. Estudos do Lazer : uma introdução. São Paulo: Autores Associados, 2006.					
MELO, V. A. Introdução ao lazer . Barueri: Manole, 2003.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
BELLONI, Maria Luiza. O que é mídia-educação . Campinas: Autores Associados, 2001.					
BAGNATO, Vanderlei Salvador. Lazer e suas Aplicações em Ciência e Tecnologia . 2. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2009.					
MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). Lazer e Sociedade : múltiplos olhares. Campinas: Editora Alínea, 2008.					
MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos; BEHRENS, Marilda. Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica . 7. ed. Campinas: Papirus, 2003					
WORLD LEISURE AND RECREATION ASSOCIATION (WLRA). WLRA. Carta Internacional de Educação para o Lazer . 1993. Disponível em: < http://www.saudeemmovimento.com.br/conteudos/conteudo_exibe1.asp?cod_noticia=195 >. Acesso em: 17 mar. 2013.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Manutenção da Infraestrutura				
Código:		Carga Horária:	60	Período letivo:	5º
1. Ementa:					
Histórico da evolução dos espaços escolares e as teorias arquitetônicas e pedagógicas de construção do espaço educativo. Disfunções dos espaços físicos em relação aos princípios da educação brasileira e à proposta pedagógica da escola. Projetos físicos dos prédios que compõem a escola: as redes elétrica, hidráulica e de esgotamento sanitário; e as outras plantas da arquitetura escolar. Questões ambientais e legais que regem uma construção escolar. Rotina de manutenção da infraestrutura escolar: princípios básicos e da arquitetura e da engenharia. Procedimentos de manutenção das redes elétrica, hidráulica e de esgotamento sanitário. Gerenciamento, planejamento e execução de projetos. Conservação do sistema de ventilação. Rotina de manutenção física dos prédios escolares: impermeabilização, conservação de coberturas, pisos e pinturas, construção em madeira, metal e alvenaria.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
DEMO, Pedro. A nova LDB : ranços e avanços. São Paulo: Papirus, 1997.					
PEREIRA, Mario Jorge. Engenharia de Manutenção : teoria e prática. São Paulo: Editora Ciência Moderna, 2009.					
THOMAZ, Ércio. Trincas em Edifícios : causas, prevenção e recuperação. São Paulo: Vini, 2002.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
BRANCO, Gil. A Organização o Planejamento e o Controle da Manutenção . São Paulo: Ciência Moderna, 2008.					
CREDER, Élio. Instalações Hidráulicas e Sanitárias . 6. ed. São Paulo: LTC, 2006.					
CRISTO, Isaac de. Conhecendo Obras . 3. ed. Salvador: LJ Barra, 2011.					
FIKER, Jose. Perícias e Avaliações de Engenharia : fundamentos práticos. São Paulo: LEUD, 2011.					
IBAPE. Inspeção Predial : guia da boa manutenção. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Prática Profissional V				
Código:		Carga Horária:	50	Período letivo:	5º
1. Ementa:					
Escola e Poder. Gestão Escolar: definições, princípios e mecanismos de implementação. Diagnóstico e elaboração de propostas de gestão democrática e participativa.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
ARTMED, Pitágoras. A gestão da escola . São Paulo: Artmed, 2004. 4 v.					
LUCK, Heloisa. A escola participativa : o trabalho do gestor escolar. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.					
OLIVEIRA, Dalila Andrade. (org.). Gestão democrática da educação : desafios contemporâneos. 10. ed. Rio de Janeiro, Vozes, 2013.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo : transformando ideias em negócios. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.					
VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). Quem sabe faz a hora de construir o projeto político-pedagógico . 2. ed. São Paulo: Papirus, 2007.					
VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). Projeto político-pedagógico da escola . São Paulo: Papirus, 2013.					
LÜCK, Heloisa. Liderança em gestão escolar . Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.					
OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. (Org.). Gestão Educacional : novos olhares, novas abordagens. 10. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Administração de Conflitos e Negociação				
Código:		Carga Horária:	30	Período letivo:	6º
1. Ementa:					
Negociação: conceitos básicos. Conflito. Estilos de Negociação. Uso de estilos na solução de conflitos. Exemplos práticos de negociação.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
FRITZEN, Silvino José. Relações Humanas Interpessoais nas Convivências grupais e Comunitárias . 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.					
MARTINELLI, Dante P.; ALMEIDA, Ana Paula de. Negociação e solução de conflitos : do impasse ao ganha-ganha através do melhor estilo. São Paulo: Atlas, 1998.					
MARTINELLI, Dante P.; ALMEIDA, Ana Paula de. Negociação : como transformar conflitos em cooperação. São Paulo: Atlas, 1997.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
MINICUCCI, Agostinho. Relações Humanas : psicologia das relações interpessoais. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2013.					
MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à Administração . São Paulo: Atlas, 2006.					
MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Fundamentos da Administração : manual compacto para cursos de formação tecnológica e sequenciais. São Paulo: Atlas, 2004.					
PINTO, E. P. Negociação orientada para resultado : como chegar ao entendimento através de critérios legítimos e objetivos. São Paulo: Atlas, 1991.					
TACHIZAWA, Takeshy; REZENDE, Wilson. Estratégia empresarial : tendências e desafios, um enfoque na realidade brasileira. São Paulo: Makron Books, 2000.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Motivação e Liderança				
Código:		Carga Horária:	45	Período letivo:	6º
1. Ementa:					
Origens da Motivação de Pessoas. Teorias da Motivação. Formas de aplicação da motivação de pessoas. Conceitos de liderança, estilos de liderança, tipos de líderes.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas e o papel dos recursos humanos nas organizações . Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.					
DRUCKER, Peter F. Fator Humano e desempenho : o melhor de Peter Drucker sobre administração. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.					
RIBEIRO, Antônio de Lima. Gestão de pessoas . São Paulo: Saraiva, 2005.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
BOHLANDER, George W. Administração de recursos humanos . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.					
FRANCA, Ana Cristina L. Comportamento organizacional . São Paulo: Saraiva, 2005.					
MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Introdução à Administração . São Paulo: Atlas, 2006.					
MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Fundamentos da Administração : manual compacto para cursos de formação tecnológica e sequenciais. São Paulo: Atlas, 2004.					
TACHIZAWA, Takeshy; REZENDE, Wilson. Estratégia empresarial : tendências e desafios: um enfoque na realidade brasileira. São Paulo: Makron Books, 2000.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Educação Ambiental				
Código:		Carga Horária:	60	Período letivo:	6º
1. Ementa:					
Pressupostos básicos de educação ambiental: aspectos históricos, sustentabilidade e Agenda 21. Temáticas ambientais básicas e os principais impactos regionais. Metodologias para educação ambiental.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
CARVALHO, I. C. de M. Educação ambiental : a formação do sujeito ecológico. 4. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008.					
GUIMARÃES, Mauro. (Org.). Caminhos da educação ambiental . 5. ed. São Paulo: Papirus, 2012.					
LISBOA, Cassiano Pamplona. (Org.). Educação ambiental : da teoria à prática. Porto Alegre: Mediação, 2012.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
WASHINGTON, NOVAES. Agenda 21 brasileira : bases para discussão. Brasília, DF: MMA-PNUD, 2000.					
DIAS, G. F. Atividades Interdisciplinares em Educação Ambiental . São Paulo: Gaia Ltda, 2006.					
MEDINA, N. M.; SANTOS, E. C. Educação Ambiental : uma metodologia participativa de formação. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.					
SATO, M. Educação Ambiental . São Carlos: Rima. 2002.					
TALAMONI, Jandira. Educação Ambiental : da prática pedagógica à cidadania. 1. ed. São Paulo: Escrituras, 2003.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Planejamento e Organização de Cantinas				
Código:		Carga Horária:	45	Período letivo:	6º
1. Ementa: Aspectos fisiológicos e culturais da alimentação nas diferentes fases da vida e na escola. Papel do(a) educador(a) alimentar. Demanda energética em cada faixa etária, demanda sociocultural e regionalismo alimentar. Alimentação como celebração. Conceito de cantina, cozinha e refeitório, na escola. Como o merendeiro(a) pode tornar-se um(a) educador(a) alimentar. Como incentivar atividades educativas e formativas relacionadas à alimentação na escola. Contaminantes de alimentos. Noções básicas sobre micro-organismos e as doenças transmitidas por alimentos. Uso consciente da água. Tratamento e destino do lixo. Higiene pessoal, no lar, dos alimentos, dos utensílios, do local de trabalho e dos equipamentos. Utilização de receitas, pesos e medidas. Ambiência, composição e organização da área de alimentação na escola. A implantação de um serviço de alimentação saudável na escola pública.					
2. Bibliografia BIBLIOGRAFIA BÁSICA: DIEZ-GARCIA, R. W.; CEVATO-MANCUSO, A. M. Mudanças alimentares e educação nutricional . São Paulo Editora: Gen, 2011. JAPUR, C. C.; CAMPANELLI, M.; VIEIRA, M. N. Série nutrição e metabolismo: dietética aplicada na produção de refeições . São Paulo Editora: Gen, 2012. FAGILI, Leila Adnan Nasser. Educação nutricional na infância e na adolescência . 1. ed. São Paulo: RCN, 2006. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Cartilha sobre boas práticas para serviços de alimentação . Brasília: ANVISA, 2016. DENISE G. da. Educação Nutricional: tenha uma alimentação saudável . 2. ed. São Paulo: IBRASA, 2010. FERNANDES, L.: Merenda Escolar: direito a alimentação e fruição do direito a educação . Alagoas: Edufal, 2009. LEAL, M. do C. A.; BITTENCOURT, S. Informações nutricionais: o que se tem no país. In: Cadernos de Saúde Pública . Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004. MALUF, R. S.J. Segurança Alimentar e Nutricional: conceitos fundamentais . Petrópolis: Vozes, 2007. SILVA JR., E. A. Manual de controle higiênico sanitário em alimentos . 4. ed. São Paulo: Varela, 2001.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Laboratório de Línguas e Salas de Leitura: criação e funcionamento				
Código:		Carga Horária:	45	Período letivo:	6º
1. Ementa:					
O que é leitura. Mediação entre o livro e o leitor. Como estimular a leitura. Como montar uma sala de leitura. Conceitos básicos em construção de laboratórios de línguas: materiais de construção, móveis, material de laboratório, equipamentos de segurança, dimensões e disposições em laboratórios; Normas gerais de funcionamento: comportamento em laboratório, organização e preparação das aulas, manuseio de equipamentos e materiais, aspectos éticos e legais para o uso das informações Normas gerais de manutenção: higienização de superfícies e equipamentos, Legislação aplicada às atividades em laboratórios.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler . 30. ed. São Paulo: Cortez, 1995.					
MARTINS, Maria Helena. O que é Leitura . 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.					
MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro . São Paulo: Cortez, 2000.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
ALMEIDA FILHO, J. C. P. de. Linguística aplicada : ensino de línguas e comunicação. Campinas: Pontes, 2005.					
COLLINS, H.; FERREIRA, A. (Org.). Relatos de experiências de ensino e aprendizagem de línguas na Internet . Campinas: Mercado das Letras, 2004.					
FIORI, A. Leitura em Língua Inglesa : uma abordagem Instrumental. 2. ed. São Paulo: Disal, 2011.					
NICOLESCU, Basarab. O manifesto da transdisciplinaridade . 2. ed. São Paulo: TRIOM, 1999.					
MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, Antônio Carlos (orgs.). Hipertexto e gêneros digitais : novas formas de construção do sentido. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Laboratório de Multimeios: criação e funcionamento				
Código:		Carga Horária:	45	Período letivo:	6º
1. Ementa:					
Conceitos básicos da área da comunicação. Mídias virtuais e impressas. Linguagens audiovisuais de comunicação: teatro, fotografia, cinema, rádio, televisão e internet. Videotecas escolares. Práticas de laboratório. Fundamentos da informática nos processos de ensino e aprendizagem. Tecnologias de informação disponíveis na escola e na comunidade. Símbolos e códigos em diferentes linguagens e representações.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
ALVES, Sérgio Rodrigues. Tecnologia Educacional : 21 dicotomias no século XXI. 1. ed. São Paulo: Perse, 2014.					
MORAN, José Manuel. Novas tecnologias e mediação pedagógicas . 21. ed. São Paulo: Papirus, 2013.					
KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias : o novo ritmo da informação. 8. ed. São Paulo: Papirus, 2012.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Módulo 10 : Teorias da comunicação. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.					
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Módulo 16 : laboratórios. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.					
MATTAR, João. Tutoria e interação em educação à distância . São Paulo: Cengage Learning, 2012.					
PRATA, Carmem L.; NASCIMENTO, Anna Christina A. Objetos de Aprendizagem : uma proposta de recurso pedagógico. 1. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2007.					
PEROTA, Maria Luiza Loures R. (org.). Multimeios : seleção, aquisição, processamento, armazenagem, empréstimo. 3. ed. São Paulo: FCCA, 1997.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Gestão de contratos				
Código:		Carga Horária:	30	Período letivo:	6º
1. Ementa:					
O processo de licitação. Modalidades de licitação. O pregão eletrônico. Modalidades de contrato para prestação de serviços públicos: concessão, permissão, franquia, terceirização, convênio, contrato de gestão. Processo de contratação: adjudicação, assinatura do contrato. Execução do contrato. O gestor de contrato. Acompanhamento e controle do contrato. Avaliação dos resultados e dos impactos.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
BLANCHET, Luiz Alberto. Roteiro Prático das Licitações . Curitiba: Juruá, 2011.					
JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos . 14. ed. São Paulo: Dialética, 2010.					
MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contrato Administrativo . 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
AMARAL, Antônio Carlos Cintra do. Concessão de Serviço Público . 2. ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Malheiros Editores, 2002.					
GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti. O Serviço Público e a Constituição Brasileira de 1988 . São Paulo: Malheiros Editores, 2003.					
JUSTEN FILHO, Marçal. Teoria Geral das Concessões de Serviço Público . São Paulo: Dialética, 2003.					
MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Eficácia nas Licitações e Contratos . 11. ed. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 2008.					
MUKAI, Toshio. Licitações e Contratos Públicos . 8. ed. revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2009.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Disciplina:	Prática Profissional VI				
Código:		Carga Horária:	50	Período letivo:	6º
1. Ementa:					
Elaboração de diagnósticos educacionais. Elaboração e execução de projetos de pesquisa e/ou intervenção que favoreçam a prática de gestão democrática e participativa na escola. Elaboração de relatórios técnicos.					
2. Bibliografia					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
GENTILI, Pablo A.A; SILVA, Tomaz Tadeu da. Neoliberalismo, qualidade total e educação: Visões críticas . 13. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.					
LUDKE, Menga; ANDRE, Marli E. D. A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas . São Paulo: E.P.U. 2012.					
MONTEIRO, André Martins. (Org.). Instituto Benjamin Constant práticas pedagógicas no cotidiano escolar: desafios e diversidade . Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 2014.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. A cidadania negada . São Paulo: Cortez, 2011.					
HIPÓLIDE, Márcia Cristina. Contextualizar é reconhecer o significado do conhecimento científico . São Paulo: Phorte, 2012.					
LIPP, Marilda. (Org.). O stress do professor . 7. ed. São Paulo: Papirus, 2012.					
LUCK, Heloisa. et al. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar . Rio de Janeiro: Vozes, 2011.					
OLIVEIRA, Dalila Andrade. (Org.). Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos . 10. ed. Rio de Janeiro, Vozes, 2013.					



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

APENDENDICE B: MATRIZ DE EQUIVALÊNCIA

1º SEMESTRE								
MATRIZ Nº 2013/1			EQUIVALÊNCIA					
			MATRIZ Nº 2012/2			MATRIZ Nº 2012/1		
DISCIPLINA	Hora aula	Hora relógio	DISCIPLINA	Hora aula	Hora relógio	DISCIPLINA	Hora aula	Hora relógio
Fundamento da Administração	54	45	Teoria da Administração e Modelo de Gestão	60	50	Teoria da Administração	60	50
Língua Brasileira de Sinais - Libras I	72	60	Língua Brasileira de Sinais - Libras I	72	60	Língua Brasileira de Sinais - Libras I	72	60
Educação, Sociedade e Trabalho	54	45	Educação, Sociedade e Trabalho	60	50	Educação, Sociedade e Trabalho	60	50
Matemática Aplicada	72	60	Matemática Aplicada	72	60	Matemática Aplicada	40	34
Português Instrumental	72	60	Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	80	67	Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	80	67
Fundamentos da Educação Inclusiva	72	60	Fundamentos da Educação Inclusiva	60	50	Fundamentos da Educação Inclusiva	60	50
Prática Profissional I	60	50	Prática Profissional I	60	50	Prática Profissional I	60	50
Sub-total Carga Horária		380	Sub-total Carga Horária		387	Sub-total Carga Horária		361



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

2º SEMESTRE								
MATRIZ N° 2013/1			EQUIVALÊNCIA					
			MATRIZ N° 2012/2			MATRIZ N° 2012/1		
DISCIPLINA	Hora-aula	Hora-relógio	DISCIPLINA	Hora-aula	Hora-relógio	DISCIPLINA	Hora-aula	Hora-relógio
Ética, Política e Sociedade	36	30	Ética, Política e Sociedade	40	34	Ética, Política e Sociedade	40	34
Informática Básica	72	60	Informática Básica	60	50	Informática Básica	60	50
Direito Administrativo	54	45	Direito Administrativo	72	60	Direito Administrativo	60	50
Psicologia do Desenvolvimento	36	30	Psicologia do Desenvolvimento	54	45	Psicologia do Desenvolvimento	60	50
Leitura e Produção de Textos Técnicos e Oficiais	36	30	Leitura e Produção de Textos Técnicos e Oficiais	36	30	Leitura e Produção de Textos Técnicos e Oficiais	40	34
Metodologia Científica	54	45	Orientação do TCC	21	17	Orientação de TCC Orientação de TCC	21	17
			Metodologia Científica	54	45		21	17
Legislação Educacional e Educação Básica	54	45	Legislação Educacional e Educação Básica	72	60	Legislação Educacional e Educação Básica	80	67
Língua Brasileira de Sinais - Libras II	72	60	Língua Brasileira de Sinais - Libras II	72	60	Língua Brasileira de Sinais - Libras II	72	60
Prática Profissional II	60	50	Prática Profissional II	72	60	Prática Profissional II	60	50
Sub-total Carga Horária		395	Sub-total Carga Horária		461	Sub-total Carga Horária		429



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

3º SEMESTRE								
MATRIZ Nº 2013/1			EQUIVALÊNCIA					
			MATRIZ Nº 2012/2			MATRIZ Nº 2012/1		
DISCIPLINA	Hora-aula	Hora-relógio	DISCIPLINA	Hora-aula	Hora-relógio	DISCIPLINA	Hora-aula	Hora-relógio
Gestão da Informação na Educação e na Escola	54	45	Gestão da Informação na Educação e na Escola	54	45	Gestão da Informação na Educação e na Escola	54	45
Estatística Aplicada à Educação	54	45	Estatística Aplicada à Educação	54	45	Estatística Aplicada à Educação	72	60
Direito da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso	36	30	Direito da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso	36	30	Estatuto da Criança, do Adolescente e do Idoso	36	30
Gestão Escolar Democrática e Participativa	72	60	Gestão Escolar Democrática e Participativa	72	60	Gestão Escolar Participativa e Democrática	72	60
Políticas Educacionais e Financiamento da Educação	54	45	Políticas Educacionais e Financiamento da Educação	54	45	Políticas Educacionais e Financiamento da Educação	72	60
Laboratório de Informática: criação, funcionamento e manutenção básica	72	60	Laboratório de Informática: criação, funcionamento e manutenção básica	72	60	Laboratório de Informática: criação, funcionamento e manutenção básica	72	60
Empreendedorismo e inovação	54	45	Empreendedorismo e inovação	54	45	Empreendedorismo e inovação	54	45
Prática Profissional III	60	50	Prática Profissional III	60	50	Prática Profissional III	60	50
Sub-total Carga Horária		380	Sub-total Carga Horária		380	Sub-total Carga Horária		410



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

4º SEMESTRE								
MATRIZ N° 2013/1			EQUIVALÊNCIA					
			MATRIZ N° 2012/2			MATRIZ N° 2012/1		
DISCIPLINA	Hora-aula	Hora-relógio	DISCIPLINA	Hora-aula	Hora-relógio	DISCIPLINA	Hora-aula	Hora-relógio
Gestão de Documentos e Registro Escolar	36	30	Gestão de Documentos e Registro Escolar	36	30	Gestão de Documentos e Registro Escolar	36	30
Gestão de Processos e Fluxo Escolares	36	30	Gestão de Processos e Fluxo Escolares	36	30	Gestão de Processos e Fluxo Escolares	36	30
Planejamento Estratégico e Gestão por Resultados	72	60	Planejamento Estratégico e Gestão por Resultados	72	60	Planejamento Estratégico e Gestão por Resultados	72	60
Gestão da Educação em Espaços Escolares e não Escolares	72	60	Gestão de Espaços Escolares e não Escolares	54	45	Gestão da Educação em Espaços Escolares e não Escolares	54	45
Contabilidade Geral e Escolar	72	60	Contabilidade Geral e Escolar	72	60	Contabilidade Geral e Escolar	72	60
Fundamentos da Gestão de Pessoas	36	30	Fundamentos da Gestão de Pessoas	36	30	Fundamentos da Gestão de Pessoas	36	30
Direito do Trabalho	54	45	Direito do Trabalho	54	45	Direito Trabalhista	54	45
Prática Profissional IV	60	50	Prática Profissional IV	54	50	Prática Profissional IV	60	50
Sub-total Carga Horária		365	Sub-total Carga Horária		350	Sub-total Carga Horária		350



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

5º SEMESTRE								
MATRIZ N° 2013/1			EQUIVALÊNCIA					
			MATRIZ N° 2012/2			MATRIZ N° 2012/1		
DISCIPLINA	Hora-aula	Hora-relógio	DISCIPLINA	Hora-aula	Hora-relógio	DISCIPLINA	Hora-aula	Hora-relógio
Política de Alimentação Escolar	54	45	Política de Alimentação Escolar	54	45	Política de Alimentação Escolar	54	45
Segurança e Higiene no Ambiente Escolar	54	45	Segurança e Higiene no Ambiente Escolar	54	45	Segurança e Higiene no Ambiente Escolar	54	45
Biblioteca Escolar: Criação e Gestão	36	30	Biblioteca Escolar: Criação e Gestão	36	30	Biblioteca Escolar: Criação e Gestão	36	30
Laboratórios de Ciências: criação, funcionamento, segurança e manutenção básica	72	60	Laboratórios de Ciências: criação, funcionamento, segurança e manutenção básica	72	60	Laboratórios de Ciências: criação, funcionamento, segurança e manutenção básica	72	60
Novas Tecnologias e Contexto Escolar	54	45	Novas Tecnologias e Contexto Escolar	54	45	Novas Tecnologias e Contexto Escolar	54	45
Lazer e Entretenimento no Ambiente Escolar	36	30	Lazer e Entretenimento no Ambiente Escolar	36	30	Lazer e Entretenimento no Ambiente Escolar	36	30
Manutenção da Infraestrutura	72	60	Manutenção da Infraestrutura	72	60	Manutenção da Infraestrutura	72	60
Prática Profissional V	60	50	Prática Profissional V	60	50	Prática Profissional V	60	50
Sub-total Carga Horária		365	Sub-total Carga Horária		365	Sub-total Carga Horária		365



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

6º SEMESTRE								
MATRIZ N° 2013/1			EQUIVALÊNCIA					
			MATRIZ N° 2012/2			MATRIZ N° 2012/1		
DISCIPLINA	Hora-aula	Hora-relógio	DISCIPLINA	Hora-aula	Hora-relógio	DISCIPLINA	Hora-aula	Hora-relógio
Administração de Conflitos e Negociação	36	30	Administração de Conflitos e Negociação	36	30	Administração de Conflitos e Negociação	36	30
Motivação e Liderança	54	45	Motivação e Liderança	54	45	Motivação e Liderança	54	45
Educação ambiental	72	60	Educação ambiental	72	60	Educação ambiental	80	67
Planejamento e Organização de Cantinas	54	45	Planejamento e Organização de Cantinas	54	45	Planejamento e Organização de Cantinas	54	45
Laboratórios de Línguas e Salas de Leitura: criação e funcionamento	54	45	Laboratórios de Línguas e Salas de Leitura: criação e funcionamento	54	45	Laboratórios de Línguas e Salas de Leitura: criação e funcionamento	54	45
Laboratório de Multimeios: criação e funcionamento	54	45	Laboratório de Multimeios: criação e funcionamento	36	30	Laboratório de Multimeios: criação e funcionamento	36	30
Gestão de contratos	36	30	Gestão de contratos	36	30	Gestão de contratos	36	30
Prática Profissional VI	60	50	Prática Profissional VI	36	30	Prática Profissional VI	36	30
Sub-total Carga Horária		350	Sub-total Carga Horária		315	Sub-total Carga Horária		322



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

RESUMO CARGA HORÁRIA MATRIZ EQUIVALENCIA					
MATRIZ N° 2013/1		MATRIZ N° 2012/2		MATRIZ N° 2012/1	
Carga Horária Total Disciplinas	2235	Carga Horária Total Disciplinas	2258	Carga Horária Total Disciplinas	2237
Atividades complementares	180	Atividades complementares	180	Atividades complementares	180
Carga Horária Total do Curso	2415	Carga Horária Total do Curso	2438	Carga Horária Total do Curso	2417